



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS		
EVENTO: Seminário	Nº: 1037/12	DATA: 05/07/2012
INÍCIO: 14h26min	TÉRMINO: 19h04min	DURAÇÃO: 04h38min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h38min	PÁGINAS: 86	QUARTOS: 56

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
JAIR KRISCHKE - Presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. MARCO ANTÔNIO BARBOSA - Presidente da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. ANTONIO CAMPOS - Advogado e Presidente do Instituto Miguel Arraes. J. PATRICE MCSHERRY - Professora e diretora do Programa de Estudos sobre América Latina na Long Island University de Nova Iorque. CARLOS OSORIO - Arquivo de Segurança Nacional da George Washington University.

SUMÁRIO: Seminário Internacional <i>Operação Condor</i> .

OBSERVAÇÕES
Houve exposição em espanhol com tradução simultânea. Há expressões ininteligíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erica Kokay) - Eu gostaria de desejar uma boa tarde para cada uma e cada um de vocês e dizer que nós vamos continuar o nosso seminário. Agradeço imensamente cada uma e cada um de vocês pela presença.

Nós vamos agora compor a nossa Mesa, dando continuidade ao Seminário *Operação Condor* e à discussão que aconteceu na parte da manhã, que diz respeito à participação brasileira, o Brasil na Operação Condor.

Nós gostaríamos de informar que estamos com um processo de tradução simultânea, que pode não ser útil para esta Mesa, mas que, com certeza, poderá sê-lo para a Mesa seguinte, quando nós vamos discutir a Operação Condor e a participação dos Estados Unidos nessa operação. As pessoas que desejarem podem, logo na entrada, adquirir o rádio para fazer uso da nossa tradução simultânea.

Quero registrar a presença da nossa Presidenta da Comissão da Memória da Verdade e da Justiça nesta Casa, Deputada Luiza Erundina, e chamar para comporem a mesa o Sr. Antônio Campos, advogado (*Palmas.*), o Sr. Jair Krischke, Presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. (*Palmas.*) É um prazer tê-lo aqui. Chamo também para compor esta Mesa o Presidente da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Sr. Marco Antônio Barbosa. (*Palmas.*)

Gostaria imensamente de lhes agradecer por estarem contribuindo com essa discussão, que me parece ser absolutamente fundamental, para que possamos ter a noção exata da dimensão dos laços e das salas escuras da tortura nessa articulação entre seis países da América Latina e, particularmente, no Cone Sul.

Quero dizer que nós vamos proceder da seguinte forma: vamos conceder o prazo de 20 minutos para cada um dos nossos expositores e, em seguida, nós vamos abrir para que as pessoas possam se posicionar, pelo prazo de 3 minutos, as que quiserem fazer uso da palavra e, após, nós devolvemos à Mesa, para que possa responder as perguntas que porventura sejam formuladas e fazer suas considerações finais, por um período de 5 minutos, para cada componente da Mesa.

Feito o pacto do encaminhamento desta Mesa, parte fundamental e construtora deste seminário, eu vou passar a palavra, de pronto, pelo prazo de 20



minutos, ao nosso Presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos — é um prazer tê-lo aqui —, Sr. Jair Krischke.

O SR. JAIR KRISCHKE - Boa tarde a todas e a todos. Saúdo a Deputada Kokay, que preside esta Mesa, meus companheiros de Mesa, e quero iniciar com um agradecimento à Deputada Luiza Erundina, por ter sido a pessoa que conseguiu mobilizar esta Casa e a Comissão de Direitos Humanos para que este evento acontecesse, que é muito importante, especialmente no Parlamento brasileiro. Então, muitíssimo obrigado, Deputada.

Eu quero agradecer muito também à Fundação João Mangabeira, à Comissão de Anistia, na pessoa do companheiro Paulo Abrão, esse jovem valoroso comprometido com esta nossa luta.

Quero agradecer àqueles companheiros e companheiras que atenderam ao nosso convite. Cito o do Uruguai, o Deputado Luís Puig, o jornalista Samuel Blixen, outro lutador, da Argentina, o Deputado Remo Carlotto, que também tem uma história e uma trajetória de lutas, um jovem Juiz Federal argentino, de imensa coragem e que ontem nos deu lições, Dr. Daniel Rafecas, do Paraguai, esta figura por todos nós bem conhecido no Brasil, Martín Almada, e a valorosa figura do Dr. Alfredo Boccia Paz.

Também quero agradecer a Carlos Osorio, esse chileno que vive em Washington e que coordena o Setor de Arquivos da George Washington University, e a querida Patrice McSherry, que, na Universidade de Long Island, coordena o setor de estudos políticos da América Latina. Muitíssimo obrigado a vocês por terem acedido ao nosso convite.

Já iniciando a nossa fala, eu quero registrar, preciso registrar a nossa decepção pela ausência de um representante sequer da Comissão da Verdade. Acho que seria uma oportunidade muito importante se alguém da Comissão da Verdade aqui estivesse acompanhando esses debates, porque o que está acontecendo aqui desde ontem certamente são subsídios importantes para a Comissão da Verdade. Lamento muito.

Agradecendo a todos pela presença, quero agradecer especialmente pela presença a essa jornalista uruguaia, brasileira, hoje professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Beatriz Bissio. Também, ao saudar a Beatriz, quero



prestar uma homenagem, e tenho certeza de que todos me acompanharão, à memória de Neiva Moreira, essa figura ímpar (*Palmas*).

Amigos, Operação Condor, mas, especialmente, a questão Brasil. Eu digo, com toda a honestidade a vocês, que eu havia preparado 26 folhas, mas já muito foi dito. Então, vou-me centrar em outras questões. Quero que nos centremos na questão do Brasil.

Eu ontem ouvi várias vezes no plenário, hoje também, aquilo que os Estados Unidos têm responsabilidade na Operação Condor, porque a CIA... Eu acho que certamente terão 1 milhão e 200 mil razões para assim afirmarem, mas eu não posso aceitar que se isente o Brasil, que é aqui na América o subimpério. Nós precisamos ter claro, como brasileiros, a postura do Brasil nesse quadro. Eu diria a vocês: vamos pensar um pouco a ditadura brasileira.

Nos seios dos militares havia dois grupos. Um grupo se autointitulava Brasil Potência e outro, bem menor, que era o Brasil Possível. O Brasil Potência ficou hegemônico. Com essa postura frente a toda a nossa América agiu, e agiu em seu nome, com o apoio dos Estados Unidos, da CIA, sim. É verdade, mas nós não podemos isentar a ditadura brasileira. Ao isentá-la, nós estaríamos cometemos, sim, um crime de lesa-humanidade.

Quero aqui hoje dizer a vocês solenemente aquilo que já havia dito várias vezes, sem poder comprovar documentalmente, que quem criou a Operação Condor foi o Brasil. Foi a ditadura brasileira que criou a Operação Condor. Ah, mas... Não! Sim, o Brasil.

Vocês lembram que ontem a Monica Gonzales trouxe uma contribuição importantíssima quando ela disse, lá no Chile, como foram as coisas, a presença brasileira no Chile, no golpe do Chile. O Embaixador Antônio Câmara Canto, no Chile, era considerado o quinto homem da Junta. No dia 11 de setembro de 1973, quando do golpe, as luzes da embaixada brasileira, um prédio colonial lindo, patrimônio histórico do Chile, estava com as luzes acesas, e o nosso embaixador, com uma taça de champanhe, dizia: *Ganhamos!* O SNI não chega ao Chile depois do golpe, meus queridos; o SNI já lá estava, porque no Governo do Salvador Allende mais de 5 mil brasileiros lá estavam exilados, alguns, inclusive, colaborando com aquele Governo, do Salvador Allende. Esse golpe já era assistido por militares e



pela Inteligência brasileira. Isso é prova de que, logo após o golpe, mais de 100 brasileiros foram para o estádio nacional presos, dentre eles José Serra, que deveria falar mais sobre isso, a sua experiência como preso. Então, o Brasil sempre teve essa presença. O golpe uruguaio teve a colaboração do Brasil. A montagem do aparelho repressivo uruguaio teve a colaboração do Brasil.

Eu quero dizer a vocês, para que entendam bem esse papel protagônico do Brasil, que, em 1964, logo depois do golpe, os brasileiros foram para o Uruguai — João Goulart, Leonel Brizola, Neiva Moreira, Darcy Ribeiro, e quantos outros foram. O então agente da CIA no Uruguai, falecido há pouco em Havana, de nome Philip Agee — e o que eu vou dizer para vocês está publicado no seu livro *Por Dentro da CIA*. Esse livro é como se fosse um diário, ele põe a data e narra. Ele narra, em junho, que estavam chegando muitos brasileiros e que ele precisava de reforço. Pede para quem? Para a base da CIA no Rio de Janeiro. Passam-se uns dias e a base da CIA, no Rio de Janeiro, responde: “*Estamos enviando reforço*”. Dois agentes da CIA: um com *status* diplomático de embaixador e o outro de adido militar. E dá os nomes. O agente da CIA, com *status* de embaixador, Manoel Pio Corrêa, e o adido militar, Coronel Câmara Sena. Então, já vão para o Uruguai, lá se estabelecem e começam a montar um grande aparelho repressivo, com ação em toda a América Latina, centrada no Uruguai. Esse embaixador brasileiro, há pouco falecido, criou, no seio do Itamaraty, o CIEX, o Centro de Informações no Exterior, algo absolutamente ilegal na estrutura do Itamaraty. Ele criou e funcionou, e funcionou tragicamente para nós, porque vigiava os brasileiros. Estava sempre atento aos movimentos dos brasileiros, inclusive infiltrando gente.

Eu faço todas essas afirmativas, e como disse anteriormente, eu, por investigações, sabia que era assim, mas agora eu quero trazer ao conhecimento público que temos documentos que contam essa história triste. Não para fazer um tam, tam, tam, tam!, mas para dizer a vocês o seguinte: agora há pouco se noticiou no Brasil que foram encontrados 40 volumes lá no Estado Maior. Nesses volumes, além de contar aquelas coisas terríveis do Chile, tinham as atas de eliminação de documentos que foram queimados — 19 mil e não sei quantos documentos.

Quero dizer a vocês, solenemente também, que isso é mentira. Isso é mentira! Mentira como? Queimaram os papéis e tudo foi microfilmado. Estão em



mãos dos militares, mas muita coisa que foi para os arquivos e lipoaspirada, muita coisa foi retirada, mas, mesmo assim, alguns sobram e estão disponíveis no Arquivo Nacional. Em abril, estando aqui na Câmara, a convite da Deputada Luiza Erundina, conversando com Deputados, eu dizia que existem arquivos disponíveis no Brasil abertos, mas que não basta ser alfabetizado, tem que saber ler. Se não souber ler, toma o documento na mão e não vai entender nada. São documentos que deveriam interessar substancialmente à Comissão da Verdade.

Então, começo com o primeiro caso. Esse é um informe que conta a primeira Operação Condor realizada pela repressão brasileira em Buenos Aires. Vítima: Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório. Para os mais jovens, que não sabem quem foi o Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, ele foi o líder da primeira guerrilha pós-golpe militar. Ele também foi o líder, o dirigente da Guerrilha de Três Passos, que veio do Uruguai, entrou pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e foi parada pelo Exército brasileiro no Paraná. Jefferson foi levado preso para um quartel em Curitiba, de onde fugiu e foi para Montevideú.

Eu conto isso porque, vejam, Jefferson era, para os militares, uma figura carimbada. Então, o que diz o documento? Esse é um informe — Ministério do Exército, Estado Maior, Adido do Exército à Embaixada do Brasil na Argentina. Informe nº 388, Adi Baires. Adi Baires é o Adido Militar de Buenos Aires. Então, diz que:

“Em consequência de informações bastante precisas e de boa fonte, tive conhecimento que, no dia 10 do corrente, que possivelmente no dia 11, desembarcaria nesta cidade, procedente de Montevideú, o ex-Coronel do Exército Jefferson Cardim de Alencar Osório, acompanhado de seu filho e de outras pessoas. Nessa oportunidade, ficou assentado que a informação seria confirmada no dia seguinte, quando, então, outros detalhes seriam fornecidos.

No dia 11, por volta das 12h30min, recebi pessoalmente a confirmação de que Jefferson havia embarcado com o seu carro, um automóvel Aero Willys



vermelho, com chapa de Porto Alegre nº 521144, acompanhado de um filho, também de nome Jefferson, e um sobrinho, no navio ferry boat, saído de Colônia, no Uruguai, com destino a esta cidade.”

A informação forneceu detalhes. Não vou ler tudo para vocês. Eles acionaram a inteligência — repressão, diga-se — argentina, que os recebe no Porto de Buenos Aires e os prende no setor da repressão argentina. Esse Adido Militar toma as providências para ter acesso a toda a documentação que ele levava. Aqui narra que ele estava indo para o Chile, ingressaria na Argentina e iria por Mendoza para o Chile, na busca de outros companheiros, levando todo esse material apreendido. Ele, posteriormente, é levado desde o Aeroporto de Ezeiza para a Base Aérea do Galeão. Ele e o seu filho. A outra pessoa que o acompanhava era o sobrinho. Esse sobrinho uruguaio, filho de um coronel uruguaio. Como lobo não come lobo, foi devolvido. O Jefferson e seu filho foram levados para a Base Aérea do Galeão — é longa a narrativa, é detalhada a narrativa. Foram levados para o Aeroporto do Galeão.

Elio Gáspari, em seu trabalho — magnífico trabalho! —, conta que Jefferson, lá no Galeão, por um largo período, serviu de modelo para aulas de torturas. Vejam que coisa incrível! Aqui só não dei a data para vocês. Qual é a data? A data é 19 de dezembro de 1970, dezembro de 1970. Essa reunião lá do Chile que criou ou formalizou a Operação foi em 1975. Estou falando de 1970, uma operação de 1970. Quem criou a Operação Condor?

Um segundo documento, que também é da mesma fonte, trata da prisão de Edmur Péricles Camargo. Edmur Péricles Camargo, a quem conheci, é nascido no interior de São Paulo, mas foi muito cedo para o Rio Grande do Sul. Todo mundo o conhecia como Gauchão — Gauchão porque era um negro muito grande, um negro grande. E era um *gentleman*. Para mostrar como ele era um *gentleman*, cito alguns episódios. Quando Edmur entra no banco, numa expropriação de um banco em Porto Alegre, uma senhora está fazendo um depósito, e Edmur exige que o caixa dê o recibo à senhora: *“Estamos expropriando o banco. É uma senhora.”* Então, o recibo foi dado a ela.



E nessa época não havia segurança privada. Quem fazia a segurança desse banco, que era o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, era a Polícia Militar. Assim, havia um policial militar. Naquele momento do ataque ao banco, o policial urinou-se. E Edmur pega, suponhamos, 20 reais. Ao sair, dá o dinheiro para esse policial: *“Companheiro, tome um táxi e vá para casa mudar as calças.”*

Esse era o Edmur, essa figura que vendia o jornal do Partido Comunista em Porto Alegre, na frente do mercado. Ele subia numa caixa de cerveja e anunciava a manchete do jornal do partido. Vinha a polícia, ele saía correndo, mas voltava.

Um belo dia, dão-lhe o jornal para vender. Manchete: *“Morreu o Papa.”* Diz Edmur: *“Desculpem-me, camaradas, hoje eu não vou vender.”* *“Mas como, Edmur?!”* *“Eu sou comunista, sou ateu. Como é que eu vou lá dizer que morreu o Papa?! Eu não vou dizer.”* *“Edmur, é uma tarefa do partido, você tem que ir!”* *“É uma tarefa?”* *“É uma tarefa!”* *“Então, me dá o jornal.”* Foi ele lá para a praça vender: *“Morreu o cidadão Pacelli! Morreu o cidadão Pacelli!”* Era o nome civil do Papa. (Risos.) Esse era o Edmur. (Palmas.)

E o Edmur, depois, abre uma dissidência. Sai do Partido Comunista e, com outros companheiros, cria um grupo que se chamava M3G — não sei se vocês já ouviram falar do M3G: Marx, Mao, Marighella e Guevara. Era um grupo sobre o qual eu costumava dizer: *“Todo o grupo cabe numa Kombi!”* Mas faziam ações. E em companhia de outro grupo, tentaram sequestrar o cônsul norte-americano em Porto Alegre, que era um veterano da Guerra da Coreia — quer dizer, não era um bobo — pilotando uma caminhonete Plymouth blindada. E os nossos companheiros, com essa emoção de reagir, com dois “Fucas”, tentaram obstruir o carro. O cônsul acelerou, levou os “Fucas” adiante. Dois dias depois, todo o grupo estava preso. Estava todo mundo preso, e o Edmur também.

Quando é sequestrado o Embaixador da Suíça, sai a lista de presos, e Edmur vai para o Chile. Eu contei tudo isso para dizer o seguinte: o Chile recebe Edmur. E aqui o Informe nº 68 secreta:

“Em 16 do corrente — junho de 1971 —, este Aditar — adido militar — recebeu a confirmação, através do Posto CAN (Correio Aéreo Nacional) de Montevideú de que Edmur estava viajando para o Uruguai pela LAN Chile, com o passaporte



chileno para estrangeiros, com o nome de Vilhaça, com a chegada prevista para as 16h30min. Através de contato com a companhia de aviação, fomos informados de que o avião faria escala em Buenos Aires.”

Eles se movimentam com a repressão argentina. No avião da LAN Chile, com destino a Montevideú, que faz escala em Buenos Aires, a repressão brasileira e a repressão argentina entram no avião e retiram Edmur de lá.

No informe, há uma observação interessantíssima: *“Apesar das grandes dificuldades para acompanhar esse pessoal no Uruguai, no caso presente parece que a polícia argentina se precipitou.”* Mas que riqueza! A polícia argentina se precipitou, os colegas se precipitaram — um pouco, não foi muito. *“Pois se o fato vier a público, será difícil justificar a entrega e o recebimento de um banido.”*

O avião da FAB chamado desceu no aeroporto de Ezeiza às 3h da manhã do dia 17, decolando às 6h para o Galeão, levando o Edmur. No aeroporto de Ezeiza, o Coronel Jéferson foi preso. Foi modelo para tortura e ficou 7 anos preso. Saiu da prisão e foi tratar da vida. Edmur é desaparecido, Edmur é desaparecido.

Então, meus caros, digo assim: quem é que criou a Operação Condor? Foi o Brasil.

Hoje, pela manhã, o Luiz Cláudio Cunha nos contava como essas tratativas se deram, e eu digo aos senhores o seguinte: o Brasil não assinou a ata, em 1975, em Santiago. *“Somos só observadores.”* Não precisava. Mas o Brasil continuou participando da Operação Condor.

Para concluir, eu quero exibir mais um documento importante, fruto de uma pesquisa no Arquivo Público de São Paulo. Aqui está narrada, neste pequeno documento, uma Operação Condor realizada em São Paulo, em abril de 1977. Vou resumir o documento. Eu só estou revelando agora esse documento porque ele é fruto de um trabalho do Prof. Jorge Fernandes, pesquisador. Estou revelando-o só agora — desde março do ano passado trabalhamos com esse documento — porque esse documento neste momento faz parte da causa Condor na Argentina. O Fiscal Federal Dr. Miguel Angel Osório adotou esse documento nos dizendo que pela primeira vez a Justiça argentina ia julgar um diplomata, porque aqui está o nome do Cônsul da Argentina em São Paulo que pediu a prisão de dois argentinos. E o



agente do DOPS diz que ele foi entregue a dois oficiais da Polícia Federal argentina e levado para Buenos Aires. E há outros e outros casos.

Agora, para concluir, quero só dizer o seguinte: ouvi hoje pela manhã alguém falar em reconciliação, verdade e reconciliação. Meus caros amigos, a minha opinião é que reconciliação traz exigências. A primeira exigência: aqueles que violaram direitos humanos têm que reconhecer, sim, que são os violadores e que são culpados. Ato segundo: pedir perdão às vítimas, que lhes perdoarão ou não. Sem o reconhecimento da culpa e o pedido de perdão, não há reconciliação possível.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agradeço ao Sr. Jair Krischke, que descortinou uma série de fatos — nós já tivemos a oportunidade de conhecer o seu trabalho — que mostram, de forma incontestada, a articulação dos países latino-americanos, particularmente do Cone Sul, num processo de violação dos direitos absolutamente grave.

Além disso, o senhor mesmo já apontou em outras publicações que havia até emissão de recibos. Entregavam-se as pessoas e davam-se recibos entre os países do Cone Sul — e aqui pontuo a responsabilidade do Governo brasileiro, a responsabilidade do Brasil, sem desconsiderar a articulação capitaneada pelos Estados Unidos.

E para que se faça a reconciliação, há a necessidade — para além do reconhecimento da culpa — da punição dos culpados.

Eu gostaria de anunciar — e agradecer muito — a presença dos alunos do 3º Ano do Ensino Médio do Centro Educacional de São Francisco, da cidade de São Sebastião, no Distrito Federal, acompanhados pelo Prof. Benedito Machado. *(Palmas.)* É um prazer tê-los aqui, porque esta Comissão tem a intenção de fazer com que o Brasil se concilie com a sua própria história, que a reconheça e que possa mergulhar numa memória que foi roubada, num processo claro de revitimização ou de perpetuação da condição de vitimização.

Para dar continuidade à Mesa, chamo para fazer uso da palavra o Presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, o Sr. Marco Antônio Barbosa.

O SR. MARCO ANTÔNIO BARBOSA - Boa tarde a todos e a todas.



Vou ser muito breve, porque o meu objetivo é complementar a fala do Jair Krischke. Ele tem toda razão ao asseverar que o ovo da serpente preexistia a 1º de dezembro de 1975, quando foi oficialmente formada a Operação Condor. E tem toda razão também quando ressalta o protagonismo do Brasil na formação dessa maldita Operação Condor, junto com a Argentina, a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai. Tal operação teve esse caráter transfronteiriço, o que, na verdade, provocou uma violência ímpar contra as pessoas que estavam insurgindo-se contra aquele Estado, contra aqueles golpes militares, todos eles encadeados sucessivamente com base na Doutrina de Segurança Nacional, que via em todo mundo um inimigo interno, e via o comunismo como parte antagônica ao mundo capitalista, supostamente democrático, dos Estados Unidos.

O Jair tem toda razão porque o Brasil foi um dos protagonistas disso — vou mostrar a vocês. Se a Operação Condor foi oficialmente reconhecida pelos estudiosos e pelos documentos como formada oficialmente em dezembro de 1975, fato é que ela transcende no tempo, para trás, a sua ação.

Observem que no início de 1974, por exemplo, realizou-se em Buenos Aires uma reunião entre oficiais de forças de segurança da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Paraguai e da Bolívia, na qual se acordaram mecanismos clandestinos de coordenação repressiva que aparentemente incluíram permissão para que forças estrangeiras atuassem em território argentino em operações de perseguição, detenção arbitrária e traslado de nacionais exilados ao seu país de origem, ignorando procedimentos então previstos na própria legislação argentina.

Documentos desclassificados pelos Estados Unidos indicam que, antes dessa data, entendimentos de teor semelhantes haviam sido estabelecidos entre a Argentina e o Brasil. Portanto, o protagonismo do Brasil, como se vê, já vai antecedendo a 1975.

Em novembro de 1975, as modalidades clandestinas de colaboração entre serviços de inteligência militar foram, como eu disse, formalizadas com a fundação dessa malfadada Operação Condor, fato que facilitou a criação de estruturas militares paralelas que atuavam de forma secreta e com grande autonomia. Ela foi adotada por esses países do Cone Sul, na verdade, como política de estado.



Entendo que hoje se impõe à Comissão Nacional da Verdade promover o esclarecimento circunstanciado desses casos de tortura, de mortes, de desaparecimentos forçados, de ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior. Este é o disposto no art. 3º, inciso II, da lei que criou a Comissão Nacional da Verdade.

Acho que este é o foro competente e, do ponto de vista prático, um seminário que tem grande importância e deve ter dois resultados fundamentais: um é o encaminhamento dos seus trabalhos para o órgão competente, a Comissão da Verdade, para que ela cumpra um dos seus objetivos fundamentais, a que acabo de me referir aqui; o outro é jogar luzes no passado para que seja possível entender o presente, prever e possibilitar o entendimento do futuro, sobretudo para as novas gerações.

E entendo que há outro caminho, que passa por certo trabalho. Está aqui presente a Deputada Luiza Erundina, com a qual tive a honra de desenvolver, em 1985, 1986, 1987, quando S.Exa. era Prefeita de São Paulo, um trabalho magnífico sobre educação interdisciplinar em direitos humanos. O trabalho foi elaborado no âmbito da Prefeitura, quando era Secretário da Educação Paulo Freire, sucedido por Mário Sérgio Cortella, que deu continuidade àquele trabalho com professores de várias modalidades, com o objetivo de elucidação da questão dos direitos humanos. E digo agora que, se tiver continuidade — por que não? —, podem-se elucidar questões da Operação Condor.

Lamentavelmente, esse trabalho foi desfeito quando da sucessão da Prefeita Luiza Erundina pelo Sr. Paulo Maluf, o que foi uma tragédia, porque aquele trabalho deu resultado nas universidades do Brasil, em João Pessoa, em Belo Horizonte, na Universidade de São Paulo, na Escola de Governo, capitaneada por Maria Victória Benevides e por Prof. Fábio Konder Comparato.

Espero que um dia esse trabalho volte e que este seminário tenha importância, do ponto de vista prático, também para a formação da consciência coletiva, sobretudo desta geração que nunca teve oportunidade de viver essas violências que infernizaram os povos latino-americanos.

O esclarecimento dessas graves violações cometidas contra cidadãos brasileiros no Brasil e no exterior, no marco de episódios de coordenação repressiva



internacional, demanda abordagens que favoreçam recorte histórico mais amplo do que aquele adotado por muitos pesquisadores, como eu disse, em novembro de 1975.

Muito antes da Operação Condor, a ditadura instaurada no Golpe de 64 — o Jair tem toda razão — mantinha colaboração ativa com outros países da América Latina com vistas à vigilância, ao cerceamento das atividades políticas de opositores no exílio. Há amplos registros da imprensa uruguaia dos anos 60, assim como literatura especializada, a respeito de vigilância constante e procedimentos policiais arbitrários, prisões arbitrárias, deportação de cidadãos brasileiros exilados no Uruguai vinculados a João Goulart e Leonel Brizola. Esses grupos incluíam, além de políticos cassados pela ditadura, grupos significativos de sindicalistas, marinheiros, fuzileiros navais e sargentos que integravam a Frente de Apoio às Reformas de Base.

Figuras emblemáticas das políticas repressivas dirigidas contra os exilados brasileiros no Uruguai na fase imediatamente posterior a 1964 — vejam, sempre antes de 1975 — são o Comissário Alejandro Otero, Chefe da Direção de Inteligência e Enlace da Polícia Nacional do Uruguai, e Manoel Pio Corrêa, Embaixador do Brasil no Uruguai, de setembro de 1964 a 1965. Ambos estão ainda vivos e publicaram livros sobre essas atividades da época.

Obra também importante que trata da perseguição aos exilados brasileiros no Uruguai é *Dentro da “Companhia”: Diário da Cia.*, escrita pelo ex-agente Philip Agee.

Um dos trabalhos pioneiros no tratamento do contexto internacional das políticas de vigilância, hostilização e assassinato de refugiados políticos pelas forças militares e policiais do Brasil, da Argentina e do Uruguai, na década de 70, é a obra chamada *Hidden Terrors, A Face Oculta do Terror*, lançada pelo jornalista americano Anthony Langguth, em 1978. No fim da década de 60, de acordo com Langguth, a rede de escritórios da CIA, na América do Sul, passaria a promover contatos entre oficiais das Forças Armadas e da Polícia do Brasil, da Argentina e do Uruguai, para *“treinamento em escuta clandestina e outros métodos de obtenção de informações e para fornecimento de explosivos e armas de origem inidentificável”*. Esses contatos levaram também à vigilância, à hostilização e finalmente ao assassinato de exilados políticos.



Vejam o que dizia o Jair e o que ressaltou também: a anterioridade a 1975 desse ovo da serpente. Numa entrevista que o agente Marival Chaves deu, em depoimento ao *Jornal do Brasil*, em maio de 2000, ele revela que o Serviço de Inteligência das Forças Armadas Brasileiras — CIE, CISA e CENIMAR — ministraram no Brasil, a partir de 1969, cursos de treinamento de antiguerrilha urbana, do qual participaram militares argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios. Segundo o agente, uma das equipes mais ativas nesse contato com delegações estrangeiras foi o DOI-CODI de São Paulo, subordinado ao Segundo Exército — o DOI-CODI, este de triste memória, onde foram assassinados diversos brasileiros, entre os quais Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, que foram dados como suicidas, mas, na verdade, foram vítimas de prisão ilegal, tortura e assassinato covardemente praticados.

Após serem libertados em troca dos quatro diplomatas estrangeiros sequestrados no Brasil, em 1969 e em 1970, 130 ex-prisioneiros políticos banidos do território nacional brasileiro passam a se movimentar por diversos países — México, Argélia, Cuba, Chile, Argentina, França e Uruguai — em busca de segurança ou de meios de sobrevivência ou de rearticulação de suas lutas políticas. Esse fenômeno, juntamente com a preocupação suscitada pelos sequestros nos Governos dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão, atuou como catalisador da coordenação entre a ditadura brasileira e estruturas repressivas em âmbito internacional.

Em 11 de agosto de 1970 — como sempre, antes de 1975, obviamente —, no contexto da comoção pelo sequestro do policial estadunidense Dan Mitrione e do Cônsul do Brasil no Uruguai Aloísio Dias Gomide, a imprensa de Montevideú anunciou a chegada ao país de dezenas de agentes do DOPS brasileiro.

Uma semana mais tarde, o jornalista Andrés Cultelli, vinculado ao MLN-Tupamaros, seria torturado por quatro policiais encapuzados. Segundo denúncia dele, entre seus torturadores havia um indivíduo que só se comunicava em português.

É relevante observar que, em 1969 e em 1971, ocorre a campanha eleitoral vitoriosa de Salvador Allende, no Chile, e o fortalecimento dos movimentos populares sindicais e da luta armada na Argentina, tendo como um dos marcos o



Cordobazo de 1969. No Uruguai, ocorre algo parecido: o incremento das ações da guerrilha urbana, o Tupamaros, e a fundação da Frente Ampla, em 1971.

Em telegrama secreto de 27 de agosto de 1971, desclassificado pelo Departamento de Estado e disponibilizado pelo projeto National Security Archives, da George Washington University, o Embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires informa ao Departamento do Exército argentino, com sede em Córdoba, que havia realizado visita ao Brasil para tratar, entre outros assuntos, da situação política no Chile e no Uruguai.

Cabe ressaltar que López Aufranc, reconhecido representante da linha dura do Exército Argentino e pioneiro na realização de cursos contra a insurgência no plano interamericano, viajou ao Brasil pouco depois da vitória de Salvador Allende nas eleições de setembro de 1970. Sabe-se que pelo menos cinco brasileiros desapareceram no Chile, em 1973 e em 1974, após o golpe contra Salvador Allende — Nilton Rosa da Silva e Luís Carlos de Almeida, por exemplo. E, na Argentina, as primeiras denúncias públicas sobre operações transfronteiriças que resultaram em desaparecimentos forçados de pessoas datam de 1973, em operação coordenada entre policiais militares brasileiros e argentinos. Foram sequestrados dois cidadãos brasileiros: Joaquim Pires Cerveira e João Batista Rita, que, desde então, passaram a integrar a lista dos desaparecidos políticos.

Em julho de 1974, um grupo integrado por Onofre Pinto desapareceu no Brasil, vindo da Argentina. Segundo investigação realizada por Aluizio Palmar, o grupo era composto por Daniel José de Carvalho, Joel José de Carvalho, José Lavechia, Víctor Carlos Ramos e o argentino Enrique Ruggia. Outros cidadãos brasileiros e estrangeiros também foram dizimados.

Vejam bem, hoje temos aqui listados os estrangeiros desaparecidos no Brasil: Enrique Nestor Ruggia, Norberto Armando Habeger, Horácio Domingo Campiglia, Mônica Suzana Binstock, Jorge Oscar Adur, Lorenzo Ismael Viñas, Liliana Inês Goldemberg e Eduardo Gonzalo Escabosa.

Quanto aos brasileiros desaparecidos no exterior, a lista é imensa. Eu não vou tomar o tempo dos senhores, lendo todos os nomes.

Com tudo isso, volto ao ponto que eu tinha ressaltado: a importância de que o resultado de um seminário como este seja levado à Comissão Nacional da Verdade,



para que ela cumpra o seu papel, que é investigar e tornar público, definitivamente, como um documento do Estado brasileiro — mais um documento, na verdade — que reconheça essas atrocidades e a participação, de triste memória, do próprio País nesse episódio da Operação Condor.

Essa é a esperança que eu tenho, assim como a convicção de que este grupo formado poderá dar o resultado que todos nós esperamos, como forma de jogar luz no passado e formar a consciência coletiva das gerações que hoje estão aqui e das futuras, que não viveram as agruras do golpe militar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero agradecer ao Sr. Marco Antônio Barbosa a contribuição. Ele faz uma sugestão, e nós prontamente a acatamos, sem nenhuma dúvida: vamos encaminhar à Comissão da Verdade não só as conclusões mas todo o material colhido neste seminário.

Vamos também fazer uma publicação deste seminário, para que possa ser sentido e vivido por mais brasileiras e brasileiros. Queremos encaminhá-la às escolas, porque consideramos importante para a nossa juventude, não só para a geração pós-ditadura: parte dos brasileiros e das brasileiras que vivenciou a ditadura não tem consciência da atrocidade, da crueldade e do impacto disso em suas próprias vidas, em seu cotidiano. Portanto, é importante resgatar a memória, para que possamos fazer o luto da ditadura.

Nós tivemos a contribuição do Sr. Marco Antônio Barbosa, que aponta a anterioridade da Operação Condor para antes de 1975, o que foi também pontuado pelo Sr. Jair, até porque nós tivemos, em 1971, se não me falha a memória, uma visita do então Presidente Garrastazu Médici aos Estados Unidos para discutir sobre as eleições no Uruguai. Portanto, já uma articulação subterrânea, uma articulação cruel desses países na perspectiva de impedir que nós tivéssemos o contraponto e tivéssemos os ventos da democracia.

Antes de passar a palavra para o nosso último expositor, eu gostaria apenas de registrar que está aqui conosco a Mónica González, que participou da Mesa no dia de ontem, que é jornalista, professora e escritora, e ela daqui a alguns minutos terá que se retirar. Nós queremos agradecer imensamente a sua participação — veio do Chile; os ventos que vêm do Chile —, conosco neste seminário. E eu



gostaria que todos nós pudéssemos saudar e nos despedir da Mônica com uma grande salva de palmas. (*Palmas.*)

Retorne ao Chile com o nosso carinho, porque nós sorvemos muito da sua experiência e das suas palavras aqui, neste seminário.

Enfim, eu passo, então, a palavra para o nosso último expositor desta mesa, o Sr. Antônio Campos, que é advogado e que é autor, inclusive, do livro *A Comissão Nacional da Verdade e a Operação Condor* e que vai, portanto, fazer uso agora da palavra para enriquecer a nossa discussão.

O SR. ANTÔNIO CAMPOS - Meu boa-tarde a todos. Queria saudar a Mesa, na figura da Deputada Erika Kokay; saudar meus dois colegas de Mesa, que muito bem introduziram o tema nesta tarde aqui, no Congresso Nacional, no seminário Operação Condor, e queria pedir licença para saudar a todos nesta tarde na figura dessa Deputada guerreira Luiza Erundina, que tão bem tem alçado a luta pelo resgate da memória do Brasil e também sobre o tema Operação Condor.

Sou um advogado e presido atualmente o Instituto Miguel Arraes e venho trazer simbolicamente em áudio e através da palavra escrita a memória do depoimento do Governador Miguel Arraes perante a comissão de Jango deste Congresso Nacional, Arraes, que foi um agente político, testemunha contemporânea da Operação Condor.

Arraes estava na Argélia em 1976, quando recebeu uma comissão do Cone Sul, e o General Slimane Hoffman, que era assessor do Presidente Boumédiène, Presidente da Argélia, disse: *“Arraes, não saia de casa, que está vindo uma comissão do Cone Sul, de três representantes, e que têm algo muito importante para revelar, e pediriam garantias para essa conversa que vão estar com você e vão fazer um pedido a você.”*

E esses três representantes do Cone Sul dizem a Arraes que começara a haver na América Latina operação de extermínio de líderes que poderiam se sobressair na redemocratização que estava para acontecer na América Latina, porque os Estados Unidos já não podiam mais ter o mundo sob as botas, porque começaram a perder a guerra do Vietnã. Jimmy Carter já começara a ser Presidente dos Estados Unidos e tinha que mudar a política para a América Latina. E a extrema direita se reúne no Chile, financiada pelo Brasil. Financiada pelo Brasil. O Brasil foi



que financiou o início da ditadura de Augusto Pinochet, que financiou a rede de comunicações Operação Condor. E o próprio Manuel Contreras, que está em prisão perpétua no Chile, reconhece, no filme *Condor*, de Roberto Mader, na entrevista, a Operação Condor como uma rede de comunicações apenas e não a reconhece como ativismo de extermínio. E fala da sua amizade com o General Figueiredo, então Presidente e Chefe aqui do SNI e ele, do DINA, no Chile. E começa a Operação Condor e vários extermínios que merecem ser verificados.

Mas entre outras questões relevantes, o que Arraes diz... E Arraes quase foi também uma vítima do Condor e não disse, quando depôs na comissão de Jango, sob a Presidência do Deputado Miro Teixeira, porque era um espírito recatado e discreto. Mas Arraes, por mais de duas vezes, quase foi vítima de Fleury na França. Uma vez, ia a um encontro, e foi tirado em última hora pelo serviço secreto argelino. E era um sequestro. Arraes diz o seguinte:

“Os três nomes mais importantes da Frente eram justamente os líderes mais destacados dos três maiores partidos políticos extintos pelo Golpe de 1964. Eram eles, respectivamente, além de Juscelino, pelo PSD, João Goulart, pelo PTB; e Carlos Lacerda, pela UDN. Entre os fatos mais notáveis da história recente do Brasil está a morte desses três líderes em curto lapso de tempo, quando começava a delinear-se a abertura política do regime. Desapareceram, muito convenientemente para o regime de arbítrio, as três maiores alternativas de poder, posto que, em caso de eleições diretas, com certeza um dos três teria sido eleito Presidente da República.”

Arraes diz, no seu depoimento, que os três estavam dentro do critério de extermínio da Operação Condor, a grande aliança entre as ditaduras da América Latina, que foi financiada pela CIA e teve o forte apoio, o relevante apoio do Estado brasileiro.

Por Arraes ter sido testemunha contemporânea da Operação Condor — e está aqui o áudio do seu depoimento perante a comissão de Jango —, o Instituto Miguel Arraes teve a iniciativa, no dia 14 de junho deste ano, de protocolar, perante



a Comissão da Verdade, um pedido de abertura da investigação da Operação Condor no Brasil.

Estive agora pela manhã com o Ministro Gilson Dipp, a quem, inclusive, relatei este seminário e a importância de a Comissão da Verdade estar presente também aqui, fato que fiz hoje pela manhã, mas também fiz por carta. E comuniquei à Deputada Luiza Erundina tanto da representação como também na necessidade da convocação da Comissão da Verdade. E o Ministro Gilson Dipp me relatou que designou a Sra. Rosa Maria como Relatora desse pedido, que disse a ele que, diante da complexidade do caso, diante de vários fatos ainda não narrados nessa petição e de vários documentos que não estão a ela acostadas, estava criando Observatório Condor, na Internet e que, certamente, poderia ser desmembrada essa investigação em várias outras, para uma maior procedimentalização dessa investigação, e que certamente ainda chegarão à Comissão da Verdade muitos documentos relevantes para o esclarecimento desse holocausto que houve de líderes, de militantes políticos da América Latina e que a História não pode deixar de esclarecer. *(Palmas.)*

O trabalho da Comissão da Verdade, como também o da Comissão Parlamentar, tão bem representada por esses nobres Deputados aqui presentes, terão fruto se a sociedade brasileira, se aqueles que têm compromisso com a História, aqueles que têm compromisso com a Justiça e com a verdade não se intimidarem. E foi por isso que esse jovem advogado, neto de um militante político chamado Miguel Arraes e que preside o Instituto que dá o nome dele, não se furtou à História e teve a responsabilidade de protocolar um pedido de investigação da Operação Condor perante a Comissão da Verdade. *(Palmas.)*

Queria, neste ato, de uma forma simbólica, Deputada Luiza Erundina, nobre Deputada Erika Kokay, entregar nas mãos de V.Exas. uma cópia representada no livro do teor da representação protocolada pelo Instituto Miguel Arraes perante a Comissão da Verdade.

Eu fui hoje reclamar ao Ministério Gilson Dipp a abertura de investigação que o Brasil e esta Comissão reclamam da Comissão Nacional da Verdade! *(Palmas.)*

E a pergunta, agora, já não cabe a este jovem advogado. Perguntem à Comissão Nacional da Verdade.



Com estas palavras, eu encerro, neste momento, o meu pronunciamento aqui, hoje. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu gostaria de agradecer a contribuição do Sr. Antônio Campos, que aqui nos traz o depoimento do nosso sempre democrata e sempre Governador Miguel Arraes, inclusive do risco que correu na Operação Condor. E aponta aqui uma coincidência, que nós achamos que a Comissão da Verdade tem que investigar, sem nenhuma dúvida: as mortes de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart, que se deram entre 1976 e 1977. Mas não só. Também a morte de Torres, na Bolívia, também a de Lettieri, todas nesse período em que exatamente há a eleição de Jimmy Carter e que provoca, portanto, um receio de que haveria de se abrir um processo democrático e de que ventos surgiriam, em função dessa eleição, para balançar as ditaduras estabelecidas no Cone Sul.

Eu gostaria de, antes de abrir o debate, registrar que estive aqui conosco o nosso querido Deputado Paulo Teixeira, do PT de São Paulo, que deixa um abraço apertado em todas e todos os que estão aqui conosco construindo esta discussão.

Nós temos mais duas pessoas inscritas. Nós vamos colher as inscrições. Nós não temos muito tempo porque às 16h teremos uma Mesa igualmente importante sobre a participação dos Estados Unidos na Operação Condor, e nós não queremos prejudicar o funcionamento da próxima Mesa. Mas nós temos já duas pessoas inscritas, o Jarbas Silva Marques e a Najla Passos, do portal Carta Maior, e nós gostaríamos de dizer que vamos abrir espaço para o máximo de 10 inscrições e, depois, vamos passar para os expositores para que possam fazer as suas considerações. As pessoas que desejarem falar fiquem com a mão erguida, que nós vamos colher as inscrições.

Então, nós vamos conceder um prazo de 3 minutos para cada fala, como foi acordado e pactuado no início desta Mesa.

Portanto, eu passo a palavra ao Jarbas Silva Marques, por um período de 3 minutos. É um prazer tê-lo aqui, um grande construtor da memória, da verdade e da justiça, que carrega as marcas desse período trágico da história brasileira no corpo e na alma.

Com a palavra, então, Jarbas Silva Marques.



O SR. JARBAS SILVA MARQUES - É só para complementar a informação com relação ao mencionado pelo Dr. Jair Krischke.

O sequestro do Cel. Jefferson Cardim de Alencar Osório — eu estive preso com ele durante 7 anos e 2 meses — foi determinado por Ernesto Geisel e, como prêmio pela participação no sequestro dele, o Azeredo da Silveira ganhou do Geisel o Ministério das Relações Exteriores. Eu explico por quê.

Em 1955, na Novembrada, quando os militares tentaram impedir a posse de Juscelino, o Cel. Jefferson Cardim, na época, era tenente-coronel e foi até a Tribuna da Imprensa para prender o Carlos Lacerda e outros conspiradores que queriam impedir a posse do Presidente Juscelino Kubitschek. O Mal. Lott, que era rígido e às vezes até obtuso em determinadas coisas, mandou prender o Cel. Jefferson Cardim porque ele tinha ido por um ato próprio e não por uma designação superior. E ele esteve preso com os conspiradores, e só não aconteceu nada porque ele tinha uma coragem física muito grande.

A outra burrice do Mal. Lott foi determinar que o Cel. Jefferson Cardim fosse designado Vice-Comandante do quartel de artilharia em Quitaúna — o Comandante desse quartel era Ernesto Geisel. O Ernesto Geisel entrou para o Exército com uma burla, porque ele tinha problemas de visão e tinha o Coronel Jefferson como inimigo ideológico. E, antes de o Coronel Jefferson assumir o posto de Subcomandante em Quitaúna, ele determinou aos oficiais e às mulheres dos oficiais que não conversassem com D. Rosita, a esposa do Coronel, e, em seguida, a casa que era designada para o Subcomandante, ele deu a um tenente. Quando o Coronel Jefferson Cardim chega ao quartel, que reclama, por direito, a casa, ele tem que representar no II Exército contra Ernesto Geisel.

E o que o aconteceu? A única pessoa que não aceitou a determinação de Geisel foi seu filho Orlando Geisel Sobrinho, que era, como ele, míope, estrábico. Dentro do quartel havia uma linha férrea, e o Orlando Geisel Sobrinho brincava com os filhos do Coronel Jefferson, e a composição de trem, como ele era muito míope e estrábico, passou em cima dele. E, para o Ernesto Geisel, ficou como se o Coronel Jefferson fosse responsável pela morte do filho dele, do Orlando Geisel Sobrinho.

E o que aconteceu? Aconteceu que o Coronel Jefferson Cardim, como bem salientou o Dr. Jair Krischke, impediu que o golpe cívico militar de 1964 completasse



1 ano sem nenhuma ação armada e ele fez a ação de Três Passos. Foi preso. O Major Cerveira organizou a fuga dele do quartel em Curitiba, e ele foi o primeiro brasileiro a pensar em uma coluna guerrilheira a partir do Amazonas. Ele procurou o Cheddi Jagan e depois foi para a Argélia. Recebeu o passaporte de exilado político da ONU, e a D. Rosita e s três filhos estavam no Uruguai.

Quando ele veio visitar a família no Uruguai com o passaporte da ONU — o Dr. Jair colocou isso com propriedade —, o cunhado dele que era coronel da repressão uruguaia avisou que tinha um comando de coronéis do Exército brasileiro que iria a Montevideú para matá-lo. Então, é quando ele vai, com o filho e o sobrinho, para Buenos Aires, é preso, levado para a Gendarmeria, torturado. O filho foi torturado na frente dele. E o Azeredo da Silveira, como Embaixador, o leva até a porta do avião do Ministro da Aeronáutica, Márcio Melo, que foi buscar o Coronel Jefferson e seu sobrinho em Buenos Aires.

Esse Azeredo da Silveira que participou do sequestro do Coronel Jefferson Cardim, é o mesmo que, quando oficial de chancelaria em 1953, roubou os códigos criptográficos do Itamaraty e deu a Carlos Lacerda para forjar as Cartas Brandi, que obrigaram o Getúlio a demitir João Goulart do Ministério do Trabalho.

Então, o Coronel Jefferson Cardim foi torturado pelo assassino Brigadeiro Bornier. Depois foi enviado para a Fortaleza de Santa Cruz e, na Fortaleza da Santa Cruz, o Silvio Frota, que ia lá, determinou que os presos políticos não conversassem com ele para impedir a reabilitação, porque ele ficou epilético pelas torturas que sofreu.

Eu tenho a dignidade de ter sido o único preso que não respeitou as ordens do Silvio Frota e tive uma participação na recuperação do Coronel Jefferson Cardim. Quando ele saiu da prisão, quando começaram os atentados a bomba promovidos pelo Otávio Medeiros "para que evitasse uma redemocratização", entre aspas, ele teve que se asilar novamente no México.

Essa é a participação do Ernesto Geisel e do aparato do Itamaraty em relação à Operação Condor. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada Jarbas.



Nós temos inscritos e inscritas a Najla Passos, o Carlos Henrique, o Márcio Vettorazzi, a Gisele Porto, o José Bezerra da Silva e o Acilino Ribeiro. Mais alguém quer fazer uso da palavra? Vamos fechar as inscrições.

Esses são os inscritos. Passamos imediatamente para a Najla Passos, do portal Carta Maior.

A SRA. NAJLA PASSOS - Boa tarde.

Sou jornalista e, coincidentemente, essa semana eu publiquei uma matéria sobre o Edmur Péricles Camargo, citado pelo Dr. Jair na sua fala. Na verdade, eu queria apenas corroborar...

Na medida do meu pouco tempo livre, tenho frequentado o Arquivo Nacional para realizar pesquisas nesses arquivos agora finalmente disponibilizados para todo mundo pela Lei de Acesso à Informação. Como disse, essa semana publiquei uma matéria sobre o caso do desaparecimento do Edmur Péricles Camargo, um caso muito emblemático porque ele foi sequestrado na Argentina em 16 de junho de 1971, antes de qualquer vestígio e oficialização da Operação Condor.

Por isso eu queria corroborar aqui e dividir com vocês é que em relação à documentação, e como disse o Dr. Jair apesar de haver muita coisa desaparecida, também há muita coisa interessante no arquivo.

Nessa matéria, eu descobri, por exemplo, além do documento que o Dr. Jair apresentou sobre o dia 16 de junho quando o Edmur foi dado como desaparecido, o Gabinete do SNI aqui em Brasília lançou um alerta para todo o sistema de informação dizendo o seguinte: "Foi descoberto um plano revolucionário para ação revolucionária no Brasil feito por chilenos. Esse plano já foi apresentado inclusive para o Presidente Allende que vai colaborar para que esse plano seja executado no Brasil pela VPR."

Alguns dias depois, novo comunicado do SNI diz o seguinte: "Esse plano foi pego em poder do Edmur Péricles preso na Argentina e entregue às autoridades brasileiras." Mais alguns dias depois, o Serviço Secreto do Itamaraty envia outro documento dizendo que os brasileiros estavam se movimentando no Chile. Quer dizer, havia todo um acompanhamento da ação dos brasileiros para descobrir onde estava o Edmur que havia embarcado no Chile, mas não chegou ao Uruguai. Ele



sumiu no meio do caminho. Então, esses brasileiros estavam procurando as autoridades e tal; enfim, havia todo um acompanhamento da ação dos brasileiros.

Um ano e meio depois, em dezembro de 1972, outro fato mais interessante: o desfecho da investigação feita pelo Itamaraty de quem havia vasado para os brasileiros no Chile a informação de que o Edmur tinha sido preso na Argentina numa operação ilegal das polícias do Brasil e da Argentina, e o Itamaraty chega à conclusão de que uma espiã do serviço secreto cubano, uma chilena chamada Sônia, que tinha um caso amoroso com um adido brasileiro, obteve essa informação dele e contou para os brasileiros, que, por sua vez, foram atrás do governo chileno para cobrar explicações dos argentinos. Afinal de contas, ele era um exilado e a responsabilidade era do governo.

Os documentos oficiais, mesmo os da Comissão de Mortes e Desaparecidos, o relato do grupo Tortura Nunca Mais, o Edmur é tido como desaparecido em 74, possivelmente tentando entrar no Brasil pela fronteira da Argentina.

Então, os poucos documentos que temos disponíveis dão conta de contar muita coisa que a gente ainda não sabe. Era isso, obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Najla.

Passo a palavra ao Carlos Henrique, que disporá de 3 minutos.

O SR. CARLOS HENRIQUE - Primeiramente, boa tarde.

Ontem, durante a exposição da jornalista Monica Gonzalez, foi citado várias vezes o holocausto latino-americano — sou aluno de Direito da Universidade de Brasília e apaixonado por estudos da história —, o que me fez lembrar o Tribunal de Nuremberg, que julgou os presentes no Estado nazista alemão.

Provavelmente muitos acham muito bonito o Tribunal de Nuremberg, mas foi um tribunal de exceção, bem ou mal, com diversas falhas jurídicas. Gostaria de apontar uma delas que, diante de uma comissão de verdade que pretende julgar pessoas, pode ocorrer no Brasil.

Apenas duas pessoas foram inocentadas durante aquele julgamento. Um era um pé-rapado que pouco fazia para o Estado; o outro tinha investimentos por toda Europa e inclusive nos Estados Unidos; não era interessante que ela fosse condenada, foi então inocentada. Refiro-me à Thyssen e Krupp; é só vocês andarem hoje em qualquer elevador ou escada rolante no Brasil. Foi um caso notório.



Então, trazendo para a realidade brasileira, diante do nosso sistema jurídico, diante do nosso Poder Judiciário completamente defasado, ineficiente, eu gostaria de questionar se, nessa busca pela verdade, a justiça não seria muito mal formulada.

Na verdade, o meu apelo aqui é mais para ter cuidado quando a gente mostrar a verdade, saber todas as versões, todas as verdades. Não procurar apenas militares, como já foi mostrado, mas civis também que faziam parte disso, a iniciativa privada que fazia parte disso. Se for para julgar militares que sejam julgados os que realmente tinham poder. Porque, como foi bem exposto hoje aqui, 100 mil foram treinados para torturar, mas — quem sabe? — 50 mil foram torturadores. O que adianta prender pessoas que hoje teriam 80 anos de idade, sendo que, na verdade, quem mandou, quem tinha culpa no cartório era o alto escalão ou, às vezes, não tinha nada a ver com a história.

Enfim, isto aqui é uma oportunidade de trazer justiça. O olhar de justiça está aqui presente, mas ele não pode ter o olhar de vingança. A gente tem que buscar a justiça sem buscar vingança, e muito do que ouvi ontem e hoje — estou participando de todos os seminários —, infelizmente é o olhar de vingança. Eu, aluno de Direito, me preocupo com isso, porque não é assim que se atinge a justiça.

Por fim, eu gostaria de parabenizar a proposta do Sr. Jair em relação ao pedido de perdão. Eu acho que a história é muito mais suscetível ao pedido de perdão, como aconteceu na África do Sul, do que os pedidos de vingança e de rancor, como acontecem na Palestina e em Israel. Com esse rancor, eles não chegaram a lugar nenhum. De outro lado, com o pedido de perdão e de compreensão, a África do Sul se desenvolveu muito em matéria de direitos humanos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vamos passar a palavra ao Antônio Campos que quer falar sobre isso, ao Jair Krischke e ao Marco Antônio pelo período de 3 minutos. Depois, apenas no final, voltaremos à Mesa para as demais falas.

Com a palavra o Sr. Antônio Campos.



O SR. ANTÔNIO CAMPOS - Com todo respeito à nobre intervenção ora exposta, quero fazer apenas algumas considerações.

Quando do início do julgamento do Tribunal de Nuremberg mandaram chamar um dos maiores promotores da história dos Estados Unidos para fazer a acusação. Ele, nos dois primeiros dias do seu libelo, não impressionou no julgamento.

Por sua vez, o advogado alemão fez uma grande defesa, não do holocausto, da soberania do povo alemão. Foi aí que a defesa se reuniu e mostrou algo que falou mais do que um discurso perante o microfone, perante a tribuna, ele mostrou as terríveis imagens do holocausto.

Naquela época, o Direito Internacional relativo aos Direitos Humanos ainda engatinhava. Hoje, a realidade do Direito Internacional de Direitos Humanos é uma realidade internacional. O homem é global, o homem está todos os lugares. Hoje, países que cometem absurdos não podem se autoanistiar, porque isso contraria toda consagração de uma grande evolução do direito e do homem, o Direito Internacional dos Direitos Humanos, consagrado como princípio maior.

Não há reconciliação sem verdade. Não há justiça sem julgamento. Quem torturou, quem matou tem que pagar sim. (*Palmas.*) Hoje foi denunciado aqui tortura de trabalhadores. É a não pedagogia da tortura. Se, primeiro, invadem o jardim, depois nossa casa, para, no fim, roubarem a voz. Não é vingança, é justiça. E a justiça nunca foi vingança. É apenas justiça. E mesmo que ela não venha a ser feita, e há vários obstáculos a serem enfrentados, a história muito sábia vai colocar as coisas no seu lugar.

Quero terminar pedindo mais um minuto, uma intervenção com um poema, a poesia de Afonso Romano Santana que, assim como a poesia de Neruda, resistiu:

*"A natureza, como a história,
segrega memória e vida
e cedo ou tarde desova
a verdade sobre a aurora.
Não há cova funda
que sepulte
a rasa covardia.
Não há túmulo que oculte*



*os frutos da rebeldia.
Cai um dia em desgraça
a mais torpe ditadura
quando os vivos saem à praça
e os mortos da sepultura."*

A verdade prevalecerá, jamais à injustiça. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Passo a palavra, para comentar as falas até este momento, ao Sr. Jair Krischke.

O SR. JAIR KRISCHKE - Meu caro Jarbas, Jefferson, realmente esta história que contaste é verdadeira.

Vou cometer duas inconfidências. A primeira, agora em janeiro — a Dona Rosita é viva, vive em Montevideu —, nós conseguimos com ela um material fantástico. O próprio Coronel Jefferson datilografou na sua máquina de escrever 45 páginas. Seria a sua defesa pela acusação de haver assassinado um sargento quando do enfrentamento lá no Paraná.

Ele conta a guerrilha. É encantador ler as 45 páginas. Elas já estão em nossas mãos. Vamos publicar. É muito interessante o resgate da primeira guerrilha que quis enfrentar a ditadura, e esta é a primeira inconfidência que cometo.

A segunda: nós, em breve, em menos de um mês, estamos para revelar um agente de Inteligência de Montevideu. Os documentos sempre nos remetem a Montevideu, porque foi de Montevideu que a repressão partiu para o Chile e para a Argentina e que andou.

Vejam a loucura: o agente que acompanhou Jefferson até a Argélia, o agente do Cenimar, é quem entrega Jefferson nesse dia que pega o *ferryboat* de Colônia para Buenos Aires. Este mesmo agente está envolvido no caso do Cerveira — é o mesmo agente.

Nós temos documentos de 72 que dizem assim: "Foi apurado que o ex-Major, banido, Joaquim Pires Cerveira modificou seu aspecto exterior, apresentando-se no momento com as seguintes características: bigode espesso, cabelo ruivo e longo à *hippie*, óculos de aro dourado, roupa desbotada e colorida — olha o monitoramento. Depois um informe da prisão dele em Buenos Aires, informe forjado; isto é canalhice, mas está aí.



Então, em breve vamos saber este agente.

Najla, quanto ao Edmur, eu me debrucei muito tempo sobre essas duas datas, 71 e 74. Cheguei a uma conclusão, é uma especulação minha, de que o episódio se dá em 71. Os documentos dizem isso. O seu grupo era muito pequeno. Eles estavam agindo de forma muito estanque por causa desse plano. Então os companheiros realmente foram se dar conta em 74 porque ele não aparecia em lado nenhum. Eu me debrucei sobre isso, estudei e cheguei a essa conclusão que é arbitrária e frente ao que se tem.

O caso do Carlos Henrique, como muito bem disse o Dr. Campos, não se trata de vingança, trata-se de justiça. Será dada a oportunidade a esses senhores, que naquela oportunidade negaram às suas vítimas, terão direito à ampla defesa (*palmas*) num tribunal, não como eles fizeram, assassinaram.

O Tribunal de Nuremberg é um marco na história da humanidade. É uma referência importante porque se dá num contexto... Eu digo marco da humanidade porque chegou o dia em que a humanidade disse: "*Olha, não é possível tolerar isso!*". Esses crimes transcendem territórios nacionais, eles ofendem a humanidade no seu conjunto, não podem passar em branco.

Mas isso foi lá! A humanidade tem andado. Agora, mecanismos já implementados no seio da ONU, da OEA e da Corte Europeia de Direitos Humanos têm muito a nos ensinar. Hoje, nós temos uma jurisprudência internacional que mostra que crimes de lesa-humanidade são imprescritíveis e devem ser julgados.

Mais ainda: que tortura — e o Brasil assinou essa Convenção — é crime internacional. Então o torturador pode ser julgado em qualquer país desde que seja signatário da Convenção. (*Palmas.*)

É isto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Passo a palavra ao Marco Antônio Barbosa.

O SR. MARCO ANTÔNIO BARBOSA - Quero apenas fazer uma reflexão rápida em relação ao caso do Carlos Henrique.

O que você suscitou aqui reforça a necessidade de se jogar luz nesse passado. Ou seja, é fundamental a retomada do processo de educação em Direitos



Humanos para esclarecer situações como essa a que o Jair se refere. A tortura é crime hediondo, covarde, imprescritível e contra a humanidade.

Infelizmente, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a Lei da Anistia tem aplicação, ou seja, aqueles chamados crimes conexos que foram cinicamente colocados no artigo da lei para anistiar os torturadores neste momento está prevalecendo. Entretanto, o Brasil aderiu a pactos internacionais, aderiu ao Pacto da Costa Rica, onde está caracterizada a tortura, os crimes de desaparecimento forçados, os assassinatos. Todos são considerados crimes imprescritíveis e contra a humanidade.

De maneira que, na minha avaliação, realmente, Jair, tem que haver justiça.

Agora, este é um processo, no meu ponto de vista, que passa pela elucidação de uma maneira mais oficial do que já se fez no âmbito do Estado brasileiro e no contexto da Comissão da Verdade vai apurar e elaborar o seu relatório final.

Acho que, com a sociedade organizada, os familiares de mortos e desaparecidos políticos que sofreram diretamente essas violências, esse processo poderá culminar com essa competência, e aí é do Ministério Público e do Judiciário, e com uma eventual, no mínimo... Que esses torturadores peçam perdão e sejam identificados claramente pelas atrocidades que praticaram e também os seus mandantes.

Reforço o que eu disse antes diante da sua fala: a importância da retomada do processo de educação em todas as matérias, independentemente, da educação em Direitos Humanos, como forma de resgatar todas essas mazelas pelas quais o Brasil passou sob a égide da doutrina de segurança nacional.

Era isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu li um livro que dizia: “*A verdade cura. Às vezes ela arde, mas cura*”. É do Arcebispo sul-africano Tutu, Prêmio Nobel da Paz. Eu diria que é preciso... A verdade cura realmente, até porque não podemos sair de uma ditadura como se ela não tivesse acontecido. E não é só para as próximas gerações, mas para as pessoas que vivenciaram. O período Médici foi uma época ufanista. Não podíamos vestir o verde e o amarelo. Eles foram arrancados. O País foi arrancado da população. Nós convivíamos com os porões das salas escuras da tortura que deixaram marcas não apenas em quem foi



torturado. Penso que o Brasil inteiro foi torturado, o Brasil inteiro foi torturado. (*Palmas.*) Nós vivíamos a lógica do milagre econômico, que era preciso fazer o bolo crescer para que nós pudéssemos reparti-lo.

Então, nós vivemos uma ausência de verdade neste País. É preciso resgatar a verdade para que a gente possa fechar um ciclo. Quando se fala em justiça, nós estamos falando não numa vingança, como aqui já foi dito, mas da necessidade de romper a impunidade. Romper a impunidade! Nós não podemos sair de uma ditadura como se ela não tivesse acontecido. Nós não podemos esbarrar nas nossas vidas com torturadores que não se assumem como tal e não são reconhecidos pela população como tal.

É preciso, portanto, jogar luz sobre a história brasileira para que o povo possa resgatar sua própria memória. Já dizia o grande escritor que se a gente não conhece o nosso passado, nós somos incapacitados de mergulhar com altivez no próprio presente e organizar o futuro.

Anistia não é esquecimento, até porque nós temos a síndrome de Antígona. Quantos brasileiros e brasileiras querem enterrar os seus entes queridos e não consegue identificá-los? É como se fosse a maldição de Antígona, da tragédia grega, são feridas abertas.

A Comissão da Verdade e o nosso clamor por justiça significam: vamos curar as feridas, vamos fechar os ciclos, para que nunca mais tenhamos que nos deparar com os dedos em riste ou com as botas e baionetas e saibamos identificar as botas e baionetas metafóricas, saibamos identificar para que possamos combatê-las. Eu digo isso porque a gente mede a ferocidade, penso eu, de uma ditadura por quanto ela ficou no presente, por quanto ela permanece ainda e por quanto ela está entranhada nessa microfísica do poder que é internalizada e é reproduzida.

Nós temos absoluta convicção de que todas essas mesas estão aqui para um pouco falar da dor, porque é preciso falar da dor, falar dessa crueldade escondida, falar de um Brasil onde funcionava um Congresso que tinha, no seu subsolo, as marcas absolutamente hediondas de um processo de tortura e de desumanização.

Portanto, este é o sentido deste seminário. E nós vamos em frente, porque vou encerrar com a mesma frase que comecei: *“A verdade cura. Às vezes ela arde, mas cura.”* (*Palmas.*)



Vamos passar a palavra, dando continuidade a esta mesa, ao Márcio Vettorazzi, que terá 3 minutos; em seguida, Gisele Porto.

O SR. MÁRCIO VETTORAZZI - Vou ser bem rápido para a gente não atrapalhar o andamento dos trabalhos. Mas eu não podia deixar de me manifestar, primeiro, para cumprimentar a organização do evento, em especial a Deputada Luiza Erundina, de quem sou fã e de quem falei. (*Palmas.*) Ela merece todos os aplausos. Quando foi Prefeita, foi muito... Desafiou de peito aberto o caso da Vala de Perus, muito marcante naquele período de transição, em 1988, depois da Constituição.

Então, para mim é um privilégio estar aqui hoje e poder participar.

Eu vim representar o Coletivo Catarinense Memória, Verdade, Justiça e a Comissão da Verdade na OAB. Sim, nós levamos para a OAB a Comissão da Verdade para que a gente consiga, no âmbito regional de Santa Catarina, mobilizar a sociedade com seminários, e, claro, ficar *pari passu* com a Comissão Nacional da Verdade.

Hoje eu tentei falar, Dr. Antônio Campos, com o Ministro Gilson Dipp mas não consegui. Que bom que V.Exa. conseguiu, justamente para aproveitar a vinda e abrir o mais rápido possível esse debate.

Eu não quero me prolongar. Quero apenas complementar, Dr. Jair Krischke, que o M3G tem um catarinense de Criciúma, João Batista Rita, o Ritinha, que estudou em Porto Alegre. Aliás, acho que o evento falado por V.Exa... Ele foi preso nessa mesma ação e acabou sofrendo com a Operação Condor multinacionalmente também. Precisou fugir para o Chile e depois passou pela Argentina.

Queria fazer esse relato porque um mês atrás soubemos da revelação de que o desaparecimento dele... Todos já sabiam do desaparecimento, mas foi cruelmente colocado, exposto que ele teria sido, junto com outros, incinerado numa usina de açúcar. Eu não poderia deixar de marcar isso.

Quanto à reconciliação que V.Exa. falou, ela traz exigências: primeiro, reconhecer que houve; segundo, pedir perdão, independentemente de ele ser dado.

Eu queria só complementar humildemente. Agradeço à banca brilhante, mas queria dizer que talvez seja preciso mais um requisito: que a sociedade tenha sua consciência histórica, como foi muito bem colocado.



Nós fizemos uma Constituição, mas ela não foi como a de outros países do Cone Sul. Não houve uma ruptura. Foi uma democracia negociada. Portanto, alguns dizem que talvez tenha sido a ditadura com maior sucesso porque até hoje nós temos uma sociedade amordaçada, seja por outras baionetas, doutora, seja por outros coturnos.

Não dá para entender. Não dá para entender como a Constituição de 1988 rompeu com o Estado de exceção e reconheceu aquele período como Estado de exceção. Ora, se aquele era um período de Estado de exceção, quem violou a democracia à época foram os golpistas. Qual é a dificuldade que nós temos, depois dessa democracia, de reconhecer que era Estado de exceção e ponto final. E ponto final! Não há autoanistia, como vem sendo colocado. Onde está a atualização da nossa legislação internacional? Eu peço isso ao STF, a arguição de descumprimento do preceito fundamental da OAB, do Exmo. César Britto. Parece-me uma amnésia, nas próprias palavras do César Britto, uma amnésia nacional.

Agradeço.

Desculpe. Desculpe. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Márcio.

Eu passo a palavra para Gisele Porto, do Ministério Público Federal. Ela é Procuradora da República do Rio de Janeiro e membro do GT Memória e Verdade, do Ministério Público Federal. Em seguida, José Bezerra da Silva.

A SRA. GISELE PORTO - Boa tarde a todos e a todas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e agradecer o convite da Deputada Luiza Erundina para participar deste seminário importantíssimo.

Quero apenas reiterar o que disse o Procurador Federal de Direitos do Cidadão, Dr. Aurélio Rios, que esteve aqui ontem na abertura do seminário. Falou não só sobre o papel do Ministério Público Federal como a instituição que vai receber toda essa prova colhida, mas também sobre a importância da instituição no cumprimento da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o que implica que o Ministério Público não está inerte. O GT Memória e Verdade tem atuado na promoção de políticas para a descoberta da verdade que possam chegar



a resultados práticos, inclusive sobre os desaparecidos, a localização dos corpos, e conscientização da sociedade.

No Rio de Janeiro, o próximo ato do GT vai ser uma audiência pública. Então, esta é uma oportunidade interessante de divulgá-la. Quem tiver interesse, embora seja no Rio de Janeiro, procure a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, seja para ajudar na organização da audiência pública, seja para participar.

Então, parabéns a todos vocês. E me coloco como uma observadora neste interessante debate. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu agradeço à Gisele.

Passo a palavra ao Marco Antônio Barbosa, Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que terá que se retirar. Já vai, portanto, se despedir de nós.

O SR. MARCO ANTÔNIO BARBOSA - Eu peço desculpas a todos, porque necessito sair para pegar um voo, antes que o avião vá embora para São Paulo.

Ressalto a importância desses trabalhos. Que eles sirvam de reforço e de instrumento para a conscientização coletiva à qual me referi e, fundamentalmente, como um acervo, mais um acervo para subsidiar a Comissão Nacional da Verdade. Peço que fiquemos todos unidos no sentido de exigir que se cumpram esses objetivos, o que, como eu disse, ao fim desse processo, a meu ver, poderá até, com a movimentação dos comitês organizados nos Estados, com as Comissões da Verdade organizadas nos Estados, resultar na derrogação no Congresso Nacional da Lei da Anistia, que, como eu disse, cinicamente contemplou os chamados “crimes conexos”, como se estes crimes comuns fossem de natureza política, quando não o são.

Muito obrigado. E desculpem-me. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Passo a palavra à Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sra. Presidenta, eu agradeço a oportunidade. Eu não queria deixar de intervir antes de o Dr. Marco Antônio se retirar.



Primeiro, eu percebi, durante toda a sua fala, uma justa preocupação no sentido de contribuirmos, colaborarmos, encaminharmos o resultado dos trabalhos desta Comissão à Comissão Nacional da Verdade.

Eu quero informar a V.Sa. que, desde que nós criamos esta Comissão, no mês de abril, e desde a instalação da Comissão Nacional da Verdade, nós formalizamos a criação, em nome da Comissão, junto com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, dando notícia primeiro, logo que foi instalada, à Presidente Dilma e depois à Comissão Nacional da Verdade, definindo, comunicando quais os seus objetivos, quais os seus compromissos e qual papel a Comissão pretende cumprir.

Deixamos muito claro que não se trata de um mecanismo que vá disputar com a Comissão Nacional da Verdade, até porque não há motivo para isso. Eles foram criados por lei, que sofreu nossas críticas. Alguns de nós criticamos os limites daquela lei. Soubemos que foi resultado de pressão do comando militar para que saísse com aquelas limitações. Bom, se foi o possível... Mas a sociedade, o Congresso Nacional, como um dos Poderes do Estado, não pode se autolimitar. Inclusive, a Comissão Nacional da Verdade só poderá avançar para além dos limites daquela lei se houver aliança, pressão da sociedade, apoio, inclusive do Congresso. O Congresso não pode ficar omissos, assistindo passivamente à Comissão Nacional da Verdade chegar a um resultado insatisfatório. Nós não queremos apenas conciliação. Conciliação sem justiça não será possível!

Temos insistido, pedido audiência à Comissão Nacional da Verdade para evitar qualquer dúvida, qualquer preocupação, qualquer receio de que eventualmente a gente esteja a dificultar o trabalho daquela Comissão.

Minha experiência política nesta vida tem-me mostrado, Dr. Marco Antônio, que a gente só avança quando o povo está junto. *(Palmas.)*

Portanto, nós estamos aguardando uma resposta — já se vão mais de 15 dias do pedido formal —, junto com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para levar resultados produzidos pela Comissão.

Nós fizemos oitivas. A primeira oitiva foi com o ex-delegado Cláudio Guerra e Marival Chaves, que são dois ex-agentes da ditadura militar. Quem promoveu essa audiência, essa oitiva, com a participação do Ministério Público, foi esta Comissão.



Os resultados estão arquivados. Nós não queremos simplesmente levar a público os resultados sem antes passá-los à Comissão Nacional da Verdade.

Porém, nós queremos autonomia, nós queremos, dentro das prerrogativas do Poder Legislativo, ir às últimas consequências no nosso trabalho, para que a Comissão Nacional da Verdade (*palmas*) tenha plena condição de fazer o seu, nos termos que a lei estabeleceu — lei que é absolutamente limitadora do ponto de vista de se chegar à verdade e de fazer justiça ao povo brasileiro, que está há mais de 30 anos esperando ser atendido nessa justa demanda.

Há ainda muita gente com ferida aberta, sangrando, dizendo: “*A gente não quer perdão, a gente quer justiça*”. Não vamos fantasiar as coisas. “*Tudo bem, me perdoe.*” “*Mas você me feriu a vida, a dignidade!*” A tortura não pode ser resolvida com perdão apenas. A tortura tem que ser lavada com punição (*palmas*), com ajuizamento, com responsabilidade judicial.

Dr. Marco Antônio, o senhor provavelmente tem mais facilidade de fazer chegar ao Presidente da Comissão e à própria Comissão... Ela, por sinal, foi convidada, um a um dos seus membros. Nós mandamos ofício a cada um dos sete membros. Não tivemos uma resposta sequer, dizendo pelo menos assim: “*Nós não podemos ir porque estamos muito ocupados*”. Pelo menos isso. Não veio essa resposta.

Nossa parte estamos fazendo, nossa parte vai continuar a ser feita, até porque não é vontade pessoal mesquinha nossa, não. É uma demanda da sociedade, e nós estamos a serviço da sociedade. Nós temos mandatos populares. Esses mandatos populares devem servir, pelo menos, para que o povo se faça representar nesta Casa.

Era isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu gostaria de agradecer muito ao Marco Antônio Barbosa, Presidente da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, e desejar-lhe um bom retorno.

Antes de dar continuidade aos trabalhos, como estamos com 15 minutos de atraso para a próxima Mesa, peço às pessoas que se atenham aos 3 minutos para que atrasemos o menos possível, tendo em vista que já estamos atrasados.

Passo a palavra ao José Bezerra da Silva, pelo prazo de 3 minutos.



Em seguida, o último inscrito, Acilino Ribeiro.

O SR. JOSÉ BEZERRA DA SILVA - Deputada Erika Kokay, Deputada Luiza Erundina, demais autoridades, boa tarde.

Deputada Erika Kokay, quando o meu tempo acabar, os 3 minutos, por favor me detenha.

Eu quero dizer aos presentes que, durante todas as exposições aqui, se falou de militares. Mas eu gostaria também de dizer que muitos militares são pais de família honrados, foram contra a ditadura e por isso perderam os seus empregos e foram sumariamente torturados.

Eu vou dar o exemplo de um cidadão a que eu assisti, não à tortura. A ele assisti enfermo dias depois. Eu o conheço, e está vivo. Quero citar a covardia que fizeram com ele para que participasse da Operação Condor. Cito a participação de um militar da Aeronáutica na Operação Condor, do cabo da Aeronáutica enfermeiro do Brigadeiro Eduardo Gomes.

Trabalhando no Hospital da Aeronáutica, esse militar foi aprovado na Escola de Oficiais, em primeiro lugar, e, na EPCAR — Escola Preparatória de Cadetes do Ar —, em quinto lugar.

Sua participação, ao ser convidado, chamado, intimado, ordenado a participar de uma operação na França para eliminar o então Prof. Fernando Henrique Cardoso com uma injeção letal, resultou nos seguintes fatos.

O Concorde estava no Brasil. Ele viajou para a França no Concorde, chefiado por um capitão e mais quatro cidadãos. Chegando à França, o capitão disse que ele fora formado médico para salvar vidas e que não iria participar da eliminação de um cidadão.

A equipe volta. Chegando ao Galeão, foram todos punidos. José Augusto foi levado para o Presídio do CSAER, na base aérea do Galeão, e torturado — dedos quebrados —, e a irmã do Brigadeiro Eduardo Gomes, a quem ele servia como enfermeiro trocando as suas fraldas porque estava doente e já idoso, com todo respeito, mandou soltá-lo.

José Augusto foi solto, foi embora para casa, para curar os ferimentos, durante uns 6 meses, recebendo normalmente. Dias depois, José Augusto foi



chamado ao Comando do Major Braga, e este lhe passou severas críticas pelo fracasso da missão.

Dias depois, esse mesmo major mandou um ofício ao Ministro da Aeronáutica dizendo: *“Quanto ao caso do militar José Augusto, devemos reformá-lo como maluco, porque ele é o único militar que luta por democracia no Brasil. Devemos interná-lo num hospital e passar os vencimentos dele para sua mãe, pois ele foi responsável pelo vazamento da operação destinada a matar, repito, Fernando Henrique Cardoso, Sílvio Santos, Dona Nina e o marido, donos da Universidade Veiga de Almeida, Mário Covas e Franco Montoro.”*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Conclua, por favor.

O SR. JOSÉ BEZERRA DA SILVA - José Augusto foi posto em liberdade, foi para a rua, depois foi anistiado. Recentemente, o Brigadeiro Juniti Saito, junto com o Brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, mandou suspender a anistia dele. Estão todas suspensas.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Sr. José Bezerra da Silva.

Antes de passar a palavra ao último inscrito, eu gostaria de informar que este seminário está sendo transmitido ao vivo pelo Portal e-Democracia, no endereço www.edemocracia.gov.br, e a sociedade pode interagir com o seminário através desse endereço.

Passo a palavra ao Acilino Ribeiro, último inscrito, para, depois, passá-la aos nossos expositores.

Acilino Ribeiro, você dispõe de 3 minutos.

O SR. ACILINO RIBEIRO - Parabéns à nossa companheira Erika, que está aí muito bem comandando esta luta.

Companheiros, é só uma proposta e um informe. A proposta é a seguinte, com base no que falei pela manhã, que o Condor ainda existe, está voando em vários lugares, agora não só nos Andes, também em outros continentes, e precisa ser abatido. Nós precisamos fazer alguma coisa para isso. E existe algo que, neste momento, a articulação dos serviços de inteligência, coordenados pela CIA, uma das organizações terroristas espalhadas pelo mundo, está evitando: o fortalecimento do



MERCOSUL, de que coincidentemente fazem parte os países Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Dentro do MERCOSUL, da sua estrutura, existe uma coisa chamada PARLASUL, Parlamento do MERCOSUL, que, se existisse durante o período das ditaduras e fosse livre, não teria existido a Operação Condor, porque haveria denúncias em todas as partes. E agora o serviço de inteligência americano, chamado CIA, uma das organizações terroristas que existem no mundo, junto com a OTAN, organização terrorista do Atlântico Norte, tenta evitar o fortalecimento da integração, não só na África, como na América Latina.

Por essa razão, apenas, coincidentemente, numa contradição histórica, no Paraguai é que há eleições diretas para o PARLASUL. No Brasil, na Argentina e no Uruguai só não aconteceram eleições diretas para o PARLASUL por intervenção do Embaixador dos Estados Unidos aqui no Brasil numa reunião que aconteceu em julho do ano passado com Parlamentares da América Latina, da América do Sul.

Então, eu quero propor que este seminário aprove uma moção. O Brasil vai eleger 75 Parlamentares para o PARLASUL agora em 2014, e na lei está que é por via indireta, por este Congresso.

A Argentina e o Uruguai estão em processo de fazer eleição direta. A Venezuela já vai fazer por eleição direta. O Paraguai já fez. O Brasil deveria fazer eleições diretas para eleger 18 Parlamentares em 2010, e não os elegeu, deveria eleger os atuais 35 que nós temos, e eles não foram eleitos.

Existem dois projetos tramitando, um do Deputado Carlos Zarattini, do PT de São Paulo, e outro do Senador Lindbergh Farias, do Rio de Janeiro, e ao do Deputado Carlos Zarattini foi dado parecer contrário. Mas o do Senador Lindbergh está com parecer favorável do Senador Antonio Carlos Valadares e para ser votado, para que o Brasil possa eleger 75 Deputados para o PARLASUL em 2014.

Tenha ou não eleição, o Brasil vai ter os 75 Parlamentares. Então é melhor que seja pela via direta e lá possamos discutir (*palmas*) o que os Estados Unidos não querem que seja discutido: a Operação Condor; a quarta frota; as bases militares que estão na Colômbia com 26 cidades nossas com mísseis apontados — só Porto Alegre não é atingida —; o combate ao narcotráfico, financiado através de duas agências de detetives e de uma empresa particular contratada pela CIA. Tudo



isso eles não querem que seja debatido, assim como o nosso pré-sal. Se tivéssemos agora eleições diretas aqui no Brasil, nós iríamos debater o golpe no Paraguai e muitas outras coisas que eles não querem.

Para concluir, faço um apelo à Deputada Erika Kokay, à Deputada Luiza Erundina e a todos os Deputados do Brasil, do Uruguai, do Paraguai e da Argentina que aqui estão: que consigam aprovar nos seus respectivos Parlamentos que em 2014 as eleições para o PARLASUL sejam por via direta.

Nós temos 35 Deputados hoje no PARLASUL. Quem é que sabe o nome de um dos nossos Deputados, que representam o Brasil lá? Alguém sabe? *(Pausa.)* Mas eu quero saber quem serão os 75 que vão representar o nosso povo lá no PARLASUL.

É a proposta que tenho a fazer.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Acilino.

Vamos passar a palavra aos expositores para que possam se posicionar e fazer suas considerações acerca das falas aqui feitas e também suas considerações finais.

Passo a palavra ao Antônio Campos, advogado e autor desse livro que está sendo dedicado à Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, ao qual nós agradecemos.

O SR. ANTÔNIO CAMPOS - Eu gostaria de agradecer o convite para participar desta Mesa e também de dizer que a luta continua. Vamos ter muita luta ainda em nosso caminho. Luta tivemos também para enfrentar a ditadura. E foi muito dura essa luta.

E eu queria conclamar este seminário a oficial à Comissão Nacional da Verdade as conclusões deste seminário e também de conclamar os países aqui representados a fazer um observatório Condor pela Internet, no sentido de trocar informações e documentos para subsidiar a grande investigação que faremos sobre a Operação Condor no Brasil, doa em quem doer.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agradeço ao Sr. Antônio Campos.



Passo a palavra ao Presidente do Movimento Justiça e Direitos Humanos, Sr. Jair Krischke.

O SR. JAIR KRISCHKE - Vou tentar responder às questões propostas.

Márcio, você é um provocador, é um agente da provocação. O que você propõe aqui dá para fazer três seminários, no mínimo. Em todo caso, vou fazer, sinteticamente, uma resposta.

Desaparecimento do João Batista Rita Pereda, catarinense que estudou no Colégio Júlio de Castilhos em Porto Alegre. Uma belíssima criatura, um jovem. Ele desaparece junto com o Major Cerveira. Como eu disse, há um processo de investigação em marcha. Brevemente conheceremos mais sobre esse episódio. Aguarde e verá.

Quanto à questão dessa transição e às dificuldades, isso dá um seminário fantástico. Precisamos olhar o quadro da América Latina, especialmente do Cone Sul. Veja como os nossos países saíram das ditaduras! Sempre em controles absolutamente rígidos, todos os países. Não foi uma transição pacífica. Estudem!

Como se deu a transição no Uruguai? Wilson Ferreira Aldunate, um João Goulart uruguaio, volta para concorrer à Presidência da República, e é preso. As eleições são celebradas com ele na prisão, e se elege Sanguinetti, um homem de confiança dos militares.

Na Argentina, mesmo com a tragédia das Malvinas, não é um peronista que é eleito Presidente, é um radical. Acho que foi um valente Presidente.

No Chile é mais ou menos assim: Patricio Aylwin... Sabem onde conheci Patricio Aylwin? Dentro da Embaixada brasileira. Numa reunião, de repente sou apresentado a figuras importantes do cenário político, inclusive a Patricio Aylwin. Um dia conto essa história. É bastante interessante.

Transição, no Brasil, eu chamo de transação ainda não concluída. (*Palmas.*) Este País fez, em determinado momento, um movimento de massas fantástico! Diretas Já! Isso moveu o País! A ditadura não permitiu. Voltamos mais atrás: 1961, a renúncia de Jânio Quadros. João Goulart deveria assumir. Os militares: “Não”. Movimento da legalidade. Há uma negociação. “*Está bem. O João Goulart assume, mas vamos mudar o regime de presidencialista para parlamentarista.*” Primeiro Ministro, quem? Tancredo Neves, confiável para a ditadura, para os militares.



Diretas Já! Movimento de massa. “Não, não, não!” Colégio eleitoral, eleito quem? Tancredo Neves. O mesmo Tancredo Neves que servia antes serve depois. Percebem? É uma transação. E eu costumo dizer, assim meio atrevidamente, que no Brasil os militares apenas desocuparam a praça. Ainda hoje exercem influência nas nossas decisões. A Constituição Cidadã, de 1988, é ótima, maravilhosa, mas tem muito a marca, ainda, da ditadura, tem muitos entulhos autoritários. É só examinar com certa paciência, que vai se notar.

Então, Márcio, quanto ao Supremo Tribunal Federal e essa ação direta, aliás, a ADPF 157 da OAB, eu lhe digo assim: veja o que é o nosso Supremo Tribunal Federal. Eu, por essas coisas da vida, me encontrava aqui em Brasília, nesta Casa, num ato, sentado ao lado do Presidente Cezar Britto, que me toma pelo braço e me confidencia: *“Amanhã vamos ajuizar a ação no Supremo”*. E eu lhe disse: *“Presidente, não faça isso. Cezar Britto arregalou os olhos: “Mas por que não?” “Porque essa é uma questão política, ela não é jurídica. O senhor vai levar ao Supremo. Nós conhecemos a composição deste Supremo. Vou lhe dar o resultado agora: vamos perder. E, perdendo, Presidente, vamos falar com quem? Só com o Núncio apostólico. Com quem mais vamos falar?” Não deu outra coisa. E este Supremo.*

Mas já que tu és da área do Direito, eu vou te fazer um desafio: consulta lá o Supremo, uma ação muito singela, depositário infiel, dezembro de 2008. E o Supremo: *“Aplique-se o pacto”*. Esse pacto que o mesmo Supremo não reconhece para a sentença da Corte Interamericana! É o mesmo Supremo! (*Palmas.*) Mas que barbaridade, que horror jurídico! É o mesmo Supremo. O pacto vale para uma causa de depositário infiel, não vale para a causa dos direitos humanos. Isso é terrível. E é este Supremo que aí está. (*Palmas.*)

Dra. Gisele, quero, na sua pessoa, prestar homenagens ao Ministério Público Federal, a esses jovens procuradores federais que têm feito ultimamente muito por este País, têm feito muito pela democracia. Por favor, recolha nossa homenagem. Vocês estão desenvolvendo um papel admirável.

Ontem, eu falava com um juiz federal argentino aqui, que me perguntava: *“Mas, no Brasil, o que acontece?”* Eu disse: *“No Brasil, acontece o seguinte, temos*



jovens procuradores federais que estão desenvolvendo trabalho magnífico, mas temos jovens juízes federais que são mais velhos que Matusalém". (Palmas.)

Minhas homenagens, na sua pessoa.

José, no final me procure. Eu nunca ouvi falar da questão desse cabo enfermeiro. Em todo caso, vamos conversar.

Para finalizar, minha gente, no princípio, eu prestei um agradecimento a todos aqueles estrangeiros aqui, irmãos argentinos, uruguaios, chilenos que aqui estiveram colaborando conosco. Não citei os brasileiros. Quero citar agora, agradecendo ao Luiz Cláudio Cunha e ao Nilson Mariano. (Palmas.) São dois jornalistas exemplares, que nunca deixaram de fazer a tarefa do jornalista de informar. E não é pelo dia de hoje, pela participação de hoje de vocês, quero homenageá-los pela trajetória toda, por todo esse trabalho que vocês desenvolveram ao longo da vida profissional. Muitíssimo obrigado a vocês.

Vou encerrar com um apelo que vai na esteira do que disse meu querido amigo Marco Antônio, meu velho e querido amigo de andanças por este Cone Sul da América, quando ele falava dos brasileiros desaparecidos no exterior. E o meu apelo, Deputados desta Casa, desta Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, é no sentido de que a Comissão da Verdade investigue os brasileiros desaparecidos na Argentina. Nós temos onze casos de brasileiros desaparecidos na Argentina. Nós temos quatro casos de brasileiros uruguaios — pai ou mãe brasileiros — e outros dois casos mais de brasileiros argentinos. Nós temos quatro casos no Chile e dois assassinatos. E nós temos um caso na Bolívia de um jovem gaúcho desaparecido na Bolívia. Então, que esta Comissão também se interesse por isso, também investigue esse caso.

Mas nós temos também — e o Mariano referiu muitíssimo bem — seis argentinos desaparecidos no Brasil e reconhecidos pelo Governo brasileiro, com famílias indenizadas. Nós temos também mais outros cinco casos de argentinos supostamente desaparecidos no Brasil — eu digo supostamente desaparecidos porque isso tem que ser mais investigado — e um franco-argentino.

Então, são casos que eu deixo em forma de apelo, para que esta Comissão Parlamentar remeta à Comissão da Verdade este apelo.



Por último, encerrando, tivemos um único Presidente da República a morrer no exterior: João Goulart, essa figura maior da política brasileira. João Goulart morreu em circunstâncias absolutamente suspeitas. Eu entendo que nós todos, como brasileiros, temos o dever de investigar essa morte, até para, Deputada Luiza Erundina, chegarmos à conclusão de que foi uma morte natural — até para isso. Nós temos o dever moral de investigar. A morte de João Goulart é absolutamente uma incógnita. Temos trabalhado muito nisso.

Um dos netos de João Goulart, Christopher Goulart, trabalha comigo — é um jovem advogado disposto, trabalhador —, e temos lutado muito. Conseguimos agora, recentemente, abrir, na Província de Corrientes, em Paso de los Libres, uma causa na Justiça Federal argentina para que se investigue isso, porque há coisas ridículas. O atestado de óbito de João Goulart diz assim: “*causa mortis: enfermedad*”. João Goulart morreu de “doença”. Quem assina o atestado? Um médico pediatra. Um dia, se vocês quiserem, conto o que foi a luta para conseguir que o corpo de João Goulart ingressasse em território brasileiro para ser enterrado na sua São Borges.

Então, nós temos também esse dever. Este é o nosso apelo.

E é com este apelo que encerro a minha intervenção, agradecendo mais uma vez a todos, porque tem sido muito importante este Seminário. Ele tem sido muito importante, Deputado, porque acho que começa aqui a se abrirem parâmetros para que a Comissão da Verdade não faça menos do que este Parlamento já está fazendo, para que a Comissão da Verdade sinta-se também apoiada por esta Casa, apoiada pela opinião pública, para que possa trabalhar e avançar.

Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agradeço a participação do Antônio Campos, do Jair Krischke e do Marco Antônio Barbosa, que precisou se ausentar, e a presença de todos e todas que contribuíram com este debate.

Quero dizer que a Comissão da Verdade desta Casa tem razão. Esta Casa se enriquece com a presença da Deputada Luiza Erundina, com a sua coerência, a sua coragem e a sua determinação, a determinação que foi expressa na sua condição de Prefeita do Município de São Paulo e que continua na sua trajetória e na sua vida



política e na sua vida parlamentar. Então, é a determinação de que este País possa se reconciliar com ele mesmo.

Eu fico muitas vezes pensando que, se Camus fosse vivo, talvez dissesse que nós estamos vivendo um absurdo. Mas como é que o povo brasileiro não tem acesso à sua própria história e à sua própria memória? Como é possível que a história brasileira seja considerada uma argila mofa, que vai sendo moldada de acordo com as mãos que a tocam e a manipulam? Como é possível termos ainda neste País a comemoração do golpe militar e a negação de todo o sofrimento e todas as marcas que o País carrega na sua alma, no seu imaginário, inclusive na dificuldade de ter uma noção de nação mais exata e mais íntegra?

Estamos ainda convivendo com os aspectos da ditadura militar, na sua contemporaneidade. O debate sobre a Operação Condor é apenas para que nós tenhamos a noção da dimensão do que assolou a América do Sul, do que foram as salas escuras da tortura nestes países, da participação do Estado brasileiro, deste Estado à margem da própria concepção republicana e da própria democracia, o que só nos faz ter a clareza exata de quanto ainda temos que percorrer na perspectiva de que realmente possamos bater no peito e dizer que vivemos numa profunda democracia e estabelecer relações que sejam absolutamente calcadas na verdade com os outros países do Cone Sul.

Os registros deste Seminário vão ser remetidos à Comissão da Verdade, sem nenhuma dúvida. E aqui realço o que já foi dito pela Deputada Luiza Erundina: não há nenhuma intenção de que façamos um trabalho à margem, ou um trabalho em disputa e paralelo à própria Comissão, no sentido de usurpar ou tentar substituir as funções da Comissão da Verdade. Não queremos substituir a função da Comissão da Verdade. Este Parlamento tem que honrar a condição de ser composto por representantes do próprio povo e tem que dar voz à população, voz à sociedade.

Este trabalho tem o sentido de reafirmar a independência do Poder Legislativo, a independência de auxiliar a Comissão da Verdade e, ao mesmo tempo, de fazer um diálogo que será construído em rede, construído com a participação da sociedade civil e de tantos que vivenciaram e que vivenciam a dor de termos um País que nega a sua própria memória.



Portanto, eu gostaria de encerrar a minha participação nesta Mesa, reafirmando que nós temos rádios para tradução simultânea para quem desejar. Teremos agora uma Mesa sobre a participação dos Estados Unidos na Operação Condor, que será presidida pelo Sr. Egmar José de Oliveira, que faz parte da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Então, agradecendo mais uma vez a participação dos nossos expositores e de cada um de vocês nesta Mesa que se encerra, finalizo o trabalho desenvolvido até o momento e convido para dar continuidade ao Seminário e coordenador a próxima Mesa o Sr. Egmar José de Oliveira.

Um grande abraço.

Partamos em paz. (*Palmas.*)

(*Pausa.*)

O SR. COORDENADOR (Egmar José de Oliveira) - Boa tarde a todas e a todos.

Eu gostaria de dizer que, em razão do adiantado da hora, não haverá mais o intervalo previsto no roteiro original. Vamos dar início ao último painel.

Convido para fazer parte desta Mesa a Profa. Patrice McSherry, Diretora do Programa de Estudos sobre América Latina na Long Island University, de Nova York. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Carlos Osório, que é do Arquivo de Segurança Nacional da George Washington University. (*Palmas.*)

Dando sequência aos trabalhos deste evento importantíssimo para o nosso País, que é um seminário internacional sobre a Operação Condor, e antes de passar a palavra à Profa. Patrice McSherry, eu gostaria de anunciar a presença do Sr. Horacio Sevilla Borja, Embaixador do Equador (*palmas*), e do 1º Secretário da República de Guiné Bissau, Sr. Jorge Luís Mendes. (*Palmas.*)

Dando continuidade aos trabalhos, passo, sem maiores delongas, a palavra à Profa. Patrice McSherry, que terá 20 minutos para fazer a sua exposição.

A SRA. J. PATRICE MCSHERRY (*Exposição em espanhol. Tradução simultânea.*) - Sinto-me muito honrada de estar com tantos colegas e amigos distintos numa audiência tão importante.



Quero começar agradecendo e, especialmente, cumprimentando o Sr. Jair Krischke e a destacada Congressista Luiza Erundina. Estou muito honrada de estar aqui. Agradeço a oportunidade. Realmente confio em que este processo em curso contribua com a luta pela verdade e pela justiça tanto no Brasil como em outros países, incluindo meu próprio país, os Estados Unidos, e impeça a repetição de outras operações desse tipo no futuro.

Na minha exposição de hoje, vou apresentar alguns conceitos e evidências de meu livro — tenho um livro sobre a Operação Condor. Se eu tiver tempo também, eu gostaria de explicar-lhes não somente o papel dos Estados Unidos em alguns casos, mas também o meu conceito de Estado paralelo, que é na verdade mais um marco conceitual para que entendamos a Operação Condor.

Como todos nós sabemos, a Operação Condor se ajustou perfeitamente, dentro da doutrina e da estratégia contrainsurgente, a um programa de caça e morte. Basicamente os agentes operacionais da Condor desenvolveram detenções, desaparecimentos de dissidentes e exilados, através dos espaços de fronteira. Entregaram cidadãos a outros países e os submeteram a torturas e ações extrajudiciais. Os esquadrões do Condor também assassinaram ou tentaram assassinar dirigentes-chave de outras seções políticas que estavam exilados na América Latina, Europa e Estados Unidos.

A Operação Condor funcionava em três níveis. O primeiro nível operava compartilhando entre si informações de inteligência e coordenando a vigilância política de dissidentes selecionados segundo ações encobertas, normalmente em operações transfronteiriças de caça e morte e em outras formas de mortes ofensivas não convencionais.

Finalmente, de forma mais secreta, houve capacidade para realizar os assassinatos que contemplaram a Fase 3. Como parte da Fase 3, foram formadas equipes especiais de assassinos provenientes dos países-membros para viajar por todo o mundo, com o propósito de eliminar os inimigos subversivos, ou seja, dirigentes políticos que pudessem organizar e dirigir movimentos a favor da democracia e contra os regimes militares. Citamos o ex-Ministro das Relações Exterior do Chile e também Carlos Prats, que foi um General constitucionalista



chileno, além de dois Parlamentares uruguaios que foram opositores, que se opuseram ao regime militar, Micheline e Héctor Gutiérrez.

No geral, é importante entender o papel dos Estados Unidos no contexto de um sistema de hegemonia, em outras palavras, de dominação no hemisfério. Washington, neste momento, depois da guerra mundial, basicamente queria manter a América Latina como uma área de influência, ou seja, como um império informal. Essencialmente, os Estados Unidos tinham interesses econômicos, políticos e militares na América Latina que gostariam de manter.

Em sua essência, esse sistema que foi desenhado esteve presente para instalar as estruturas existentes de poder e riqueza na região e impedir que houvesse um desafio. Washington acumulou grandes recursos no sistema interamericano de segurança, do qual a Condor foi uma parte totalmente secreta, para mobilizar e unificar as forças militares com o propósito de impedir que os dirigentes esquerdistas subissem ao poder e para controlar, destruir os movimentos populares esquerdistas na América Latina.

Bom, como os senhores sabem, depois da guerra mundial e sobretudo depois da Revolução Cubana, no ano de 1959, novos movimentos progressistas e nacionalistas surgiram na América Latina, e também no mundo, que demandavam justiça social, controle dos recursos nacionais, nacionalização das empresas estrangeiras, maior participação política, reforma agrária, o fim da repressão, educação gratuita, igualdade para os oprimidos.

Em muitos países, nós tínhamos movimentos exigindo novos direitos e uma reestruturação do poder político e econômico. Muitas pessoas se somaram a esses movimentos. Também vários movimentos guerrilheiros surgiram. Na medida em que os dirigentes da esquerda e nacionalistas ganhavam as eleições em toda a América Latina, nos anos 60 e no princípio dos anos 70, e novos movimentos revolucionários e progressistas ganhavam força, os líderes dos Estados Unidos temeram o desenvolvimento de uma ameaça inspirada pelo comunismo contra os interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos no hemisfério. As elites locais também temiam que existisse o risco da dominação tradicional política de sua riqueza.

A partir dos anos 40, sobretudo depois da Revolução Cubana, os funcionários dos Estados Unidos reorganizaram o sistema interamericano de defesa para



combater as forças da Revolução e a troca social, ampliando a presença militar dos Estados Unidos na região, incorporando parceiros latino-americanos ao interior de uma matriz intensa de instituições hemisféricas de segurança e lançando esforços contrainsurgentes.

Existe muita evidência de que a Operação Condor funcionou dentro desse sistema interamericano de segurança. Washington começou uma colaboração entre as forças militares do continente americano depois da Segunda Guerra Mundial, mediante organizações tais como a escola do Exército no Panamá, criada em 1946. E depois do Pacto do Rio, em 1947, que proclamou o conceito hemisférico, digamos assim, outras organizações foram integradas, incluindo aí a Junta Interamericana de Defesa e as Conferências dos Exércitos da América.

Essas Conferências são muito importantes. Elas foram iniciadas por comandantes dos Estados Unidos, nos anos 60, para difundir, para trabalhar, para combater a Guerra Fria contra a subversão ou a revolução.

Bom, gostaria de ler um pouco sobre os discursos dessas Conferências. Primeiro, o segundo dos artigos secretos que fazem parte da Carta da Conferência dos Exércitos Americanos declaravam que a missão dos Exércitos era, entre aspas, *“proteger o continente das ações agressivas do movimento comunista internacional”*. E, no planejamento, um intercâmbio de inteligência e da formulação de estratégias da Conferência enfatiza, de forma intensa, com relação à ameaça subversiva. Obviamente que esse era o enfoque dessas conferências.

Segundo a história das Conferências que foi publicada no ano de 1985 por um militar dos Estados Unidos, as primeiras reuniões dos anos 60 se centraram na generalização de uma doutrina continental para combater a agressão comunista e também no intercâmbio de informação e inteligência sobre os grupos subversivos e o comunismo... o estabelecimento de um comitê interamericano permanente de inteligência situado na zona do Canal do Panamá, o estabelecimento de escolas de inteligência em cada país, a configuração de um sistema codificado de telecomunicações entre os exércitos e programas para todos os exércitos em estratégias contra a subversão, contra a revolução, insegurança interna.



Obviamente que a Operação Condor, organizada mais à frente, foi um produto desses programas e dessas estruturas transacionais que foram sendo formadas nos anos 60.

Bom, a Revolução Cubana, no ano de 1959, aumentou a sensação de ameaça entre os setores conservadores em toda a região, fazendo com que eles tivessem uma coordenação mais profunda, de forma mais importante, digamos assim. A missão primária foi redefinida, a partir das forças armadas da defesa nacional... a segurança interna. A Escola das Américas foi transformada totalmente, no ano de 1961, para enfatizar a suposta ameaça colocada pelos inimigos internos.

Uma vez mais, eu gostaria de ler algo aqui, documentos que foram desclassificados nos anos 90 e que demonstram que a Escola das Américas... Bom, aqui me refiro aos instrutores da Escola que ensinavam métodos de tortura, tais como a utilização da descarga elétrica, a utilização de drogas e hipnose para induzir a regressão psicológica, a utilização sequencial de privação sensorial, dor e outras medidas nos interrogatórios, métodos de assassinato e a utilização de ameaças contra os membros da família, os familiares, e o sequestro deles para desmoralizar a resistência dos prisioneiros.

Também é importante destacar que a política dos Estados Unidos sempre foi de natureza preventiva, se houvesse uma ameaça a partir de um país. Departamento dos Estados Unidos prestou assistência na formação de unidades de elite especiais para desenvolverem operações agressivas encobertas e para a defensiva contra outra parte política que estivesse acompanhada de programas de guerra psicológica desenhados pela CIA. De forma significativa, tais atividades encobertas eram para ser utilizadas não somente em situações de revolução, mas também como meios preventivos para que eles pudessem assegurar que tal situação nunca poderia ser produzida.

Aqui eu vou ler um documento dos Estados Unidos que é muito relevante — entre aspas: *“Naqueles lugares onde a insurgência subversiva seja praticamente inexistente ou apenas incipiente, o objetivo é apoiar a formação de uma capacidade contrainsurgente adequada nas forças militares nacionais”*.

Dessa forma, embora tenhamos sociedades pacíficas na América Latina, eram políticas dos Estados Unidos a formação de forças contrainsurgentes militares



e a agregação de suas capacidades por meio da geração de auxiliares paramilitares. É óbvio que, quando isso é proposto como motivo de ataque, as pessoas poderiam se converter em insurgentes. Isso era uma estratégia com implicações profundamente autoritárias e repressivas. Presumia-se que as populações da América Latina eram potencialmente subversivas.

Na verdade, não tenho tempo para falar sobre tudo o que tenho aqui, mas o regime continental de contrainsurgência, como essência, serviu como meio para unir as forças militares como um grande exército contra o comunismo. Mais que isso, havia uma convicção de que métodos ilegais eram demandados para combater esse inimigo interno. A doutrina da segurança nacional da Guerra Fria também legitimou um papel político central para as Forças Armadas, em sua condição, como atores-chave anticomunistas.

Nos anos 60, 70 e 80, as Forças Armadas, apoiadas pelos Estados Unidos, lançaram golpes em toda a América Latina, aniquilaram as forças de esquerda e extirparam também suas ideias. Muitos nessa conferência apresentaram casos excepcionais sobre a Condor. Eu não tenho tempo para detalhar isso, mas eu gostaria de falar um pouco mais sobre a formação da Operação Condor e, depois, sobre alguns casos do envolvimento dos Estados Unidos.

Em 1973 ou no começo de 1974, antes da Base Condor, aqui nós tínhamos seu código e sua estrutura formal. Aqui nós tínhamos os grupos contrainsurgentes. Eles criaram um protótipo da Condor. É um sistema coordenado para desaparecer, torturar ilicitamente os exilados através das fronteiras. De fato, em fevereiro de 1974, houve uma reunião em Buenos Aires muito importante para planejar uma colaboração mais profunda das forças policiais de cinco Estados da América do Sul. Isso é significativo justamente porque a fundação formal da Condor, em novembro de 1975, é mais conhecida, mas também houve outra reunião em setembro de 1974, também em Buenos Aires. Existem documentos dos Estados Unidos desclassificados sobre essa reunião.

Vou ler aqui um relatório da CIA do ano de 1976, mas, na verdade, esse documento apareceu em 2000.

Ele diz o seguinte, entre aspas: *“No começo de 1974 os funcionários de segurança da Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia, uniram-se em Buenos*



Aires para organizar ações coordenadas contra objetivos subversivos... — aqui nós temos cinco linhas riscadas — e desde então — mais linhas riscadas — os argentinos desenvolveram ações com os chilenos e com os uruguaios.” Isso foi em 1974.

Como foi explicado anteriormente... Essa era é a essência do Condor, que ainda não tinha recebido um nome.

O chileno Manuel Contreras, chefe da DINA, foi o coordenador do Condor em 1975.

A reunião em Santiago... Não vou falar muito sobre isso. Mas, no ano de 2000, a CIA reconheceu que Contreras, nesses anos, foi um bem da CIA entre 1974 e 1977. Na verdade, isso é muito importante porque foi a primeira vez que a CIA disse isso e, nesse momento, Contreras era um agente-chave da Condor.

Eu tenho vários exemplos com relação à provisão dos Estados Unidos de apoio técnico, com computadores e fundos para amortizar ou trabalhar com os soldados e o aparato da Condor.

Eu tenho vários exemplos. Em 1974, um esquadrão do Uruguai foi a Buenos Aires para trabalhar com a sua contraparte argentina e chilena para capturar, torturar e transferir exilados. Inclusive, há um caso importante, que é aquele do cidadão uruguaio Antônio Viana, que foi sequestrado em sua casa em Buenos Aires por um esquadrão de argentinos e uruguaios. Ele foi levado à sede da Polícia Federal e torturado por oficiais uruguaios, que ele reconheceu.

Esses são nomes muito familiares para muitos no Uruguai: Carlos Calcagno, José Gavazzo e outros. Esse era o esquadrão que estava presente na Argentina.

A Condor foi oficialmente institucionalizada em novembro de 1975, como eu disse.

Eu gostaria de destacar aqui a importância da Condor a partir de uma perspectiva mais global.

O fato é que desempenhava um papel muito importante. Por quê? Enquanto as forças militares desenvolviam a repressão massiva dentro dos seus próprios países, o sistema transacional da Condor silenciou os indivíduos e grupos que escaparam das ditaduras e impediu que se organizassem politicamente ou que influenciassem a opinião pública.



Vou falar aqui sobre um exemplo muito importante: o papel dos Estados Unidos. Por quê?

Quando eu estava revisando os arquivos desclassificados, ou os não confidenciais, de 2001, eu descobri um relatório muito importante do Embaixador Robert White, um embaixador norte-americano que estava no Paraguai. Basicamente ele informou sobre uma reunião com o General Freitas Davalos, e este disse que a Condor estava usando os sistemas de telecomunicações dos Estados Unidos, no Panamá, na base militar dos Estados Unidos.

Basicamente, isso significa que os Estados Unidos facilitaram as comunicações da Condor em todo o continente americano.

Basicamente, nesses anos, na área do canal, havia uma grande estação da CIA. Havia pessoas de todas as Forças Armadas dos Estados Unidos. Era a sede do comando sul e também a escola das Américas naquele momento. Essa base militar foi uma plataforma para intervenção muito importante na América Latina e sempre foi um vínculo para as operações encobertas também.

Os Estados Unidos colocaram à disposição do aparato da Operação Condor a sua rede interamericana de comunicações.

Essa é uma prova-chave sobre o papel encoberto dos Estados Unidos na Condor. Por quê? Porque a CIA e os Estados Unidos não querem desempenhar um papel ativo. Sempre existe uma preferência de trabalhar à sombra, digamos assim. Por isso que é importante descobrir algo que mostre a existência de um vínculo operacional aqui dos Estados Unidos.

Essa rede sofisticada permitiu que os oficiais da Condor pudessem se comunicar com os seus centros operacionais e vigiar os movimentos de pessoas em áreas grandes da América do Sul.

Segundo Robert White, o Embaixador, essa equipe do sistema de comunicação foi estabelecida para o uso dos militares aliados para que o *staff* dos Estados Unidos também pudesse monitorar as suas comunicações e avisar seus superiores sobre as operações planejadas. Em outras palavras, as forças dos Estados Unidos tinham conhecimento completo das operações da Condor que foram coordenadas na rede dos Estados Unidos.



Finalmente, eu estou convencida de que a operação Condor atuou dentro do sistema militar interamericano. Existem muitos indícios disso. Em sua essência seria um componente muito secreto naquele momento.

Para terminar, acredito que é útil analisar a Condor como parte do que seria o Estado paralelo.

Foi fundamental para a doutrina e prática da contrainsurgência. E também se trata de uma estratégia de impunidade. Como funciona?

Existe uma parte oculta do Estado, o que eu chamaria de Estado paralelo, o que inclui as forças parapoliciais e paramilitares, às claras, do Estado, e que são dirigidas por este, com acesso a uma vasta infraestrutura paralela, aparatos sem registro, por exemplo, algumas partes de veículos sem identificação, prisões e detenções secretas, cemitérios clandestinos, sistemas protegidos de comunicação e outras estruturas paralelas financiadas por orçamentos ilícitos.

Na América Latina o Estado paralelo aumentou a capacidade das ditaduras militares de tal maneira que permitiam reter uma aparência de legalidade.

As forças para esses fins que foram criadas pelos contrainsurgentes incluíam grupos clandestinos, organizações secretas de inteligência, forças-tarefa e redes de informantes civis que atuavam de forma encoberta a favor do Estado.

Dessa forma, o aparato, o aparelho do Estado paralelo era o lado invisível do Estado militar, mas estreitamente ligado à cara visível, embora de forma encoberta.

Os esquadrões da morte para este fim foram desenvolvidos de forma encoberta: os atos de tortura, os assassinatos e algumas ações consequentes, como apêndice do Estado visível, e sob suas ordens, visto que proporcionava a capacidade de negar a sua participação. Isso aconteceu muito inclusive com a Condor. O Estado paralelo foi um instrumento para alcançar de forma secreta o que não se podia conseguir de forma legal ou política. Foi criado, como parte da contrainsurgência, para por em prática políticas que violavam todas as leis e normas e para sortear qualquer limite imposto ao poder coercitivo do Estado.

Eu vou concluir por aqui porque não tenho mais tempo.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. COORDENADOR (Egmar José de Oliveira) – Obrigado, senhora.



Eu quero registrar aqui a presença do Deputado Tadeu Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Eu passo, então a palavra ao Sr. Carlos Osório, que é do Arquivo de Segurança Nacional da Universidade George Washington.

O SR. CARLOS OSÓRIO (*Exposição em espanhol. Tradução simultânea.*) -
Boa tarde a todos.

Desculpem-me, mas eu tenho que fazer alguns arranjos técnicos. (*Pausa.*)

Vamos pedir ao departamento que, por favor, coloque isto na tela. (*Pausa.*)

Muito obrigado. Eu vou fazer algo diferente.

Eu venho dos Estados Unidos e vou falar do trabalho que fazemos, das dificuldades e dos desafios que nós, a Patrice, eu e os investigadores de vários países, temos que enfrentar para poder fazer esse tipo de investigação para poder saber o que foi a Operação Condor, etc.

Como eu já disse, eu trabalho no Arquivo de Segurança Nacional, uma organização não governamental que foi criada, nos Estados Unidos, por jornalistas do *The Washington Post* e *New York Times*.

O objetivo era encontrar documentos dos Estados Unidos que esclarecem ao público o que está sendo feito em seu nome na área de segurança nacional como mecanismo de bacias, e assim nós encontramos cerca de milhares de documentos norte-americanos o que nos torna o maior depósito de documentos governamentais fora do Governo, mesmo nos Estados Unidos.

Em 1992, procurou-nos, pela primeira vez, a Comissão da Verdade de Salvador. Nós procuramos fazer um relatório sobre o esquadrão da morte, partindo de 12 mil documentos que a administração Clinton tornou públicos. A Comissão achava que, quanto a esses documentos, havia uma rede de segurança nos Estados Unidos e na Agência de Segurança Nacional, assim como explicava a Patrice alguns minutos atrás.

Nós apoiamos a Comissão da Verdade e a Comissão dos Parlamentares e juízes na Guatemala, em Honduras, no Panamá, no México, na África do Sul, em Ruanda, na Indonésia, no Chile, no Peru, no Equador, etc.

Desde então, coordenamos o projeto técnico de cooperação e investigação à Corte Suprema de Justiça, em apoio ao Arquivo do Terror.



Temos colaborado com juízes do Uruguai por muitos anos. Na Argentina, por 1 ano e meio, introduzimos a evidência sobre a Causa Orliete, trazendo documentos da CIA, da Agência de Inteligência e da Defesa dos Estados Unidos e documentos argentinos e uruguaios, que foram encontrados no Arquivo do Terror para esta causa.

Há 3 anos mais ou menos, nós trouxemos evidências do Arquivo Geral da Nação do México e do Arquivo do Terror do Paraguai, e os que foram obtidos nos Estados Unidos, na Causa Garrieiri em Rosário, Argentina, que, entre outros, se tratava de uma operação militar argentina contra refugiados políticos no México.

Estamos, neste momento, engajados em apoiar a Operação Condor, na Argentina, como foi mencionado numa apresentação anterior. Vamos trabalhar com documentos de diversas fontes, de muitos países. Isso tem nos dado uma perspectiva muito particular de quão é difícil ter documentação sobre direitos humanos e como é fácil com a abertura e com a relação de fontes.

O que eu quero repetir aqui, de forma muito curta, é uma apresentação que vou fazer em *power point*, que fiz na Guatemala, há 2 anos, quando eles estavam discutindo se era para dar ou não acesso a mais de 7 milhões de páginas do arquivo secreto da Guatemala. Então, nós vamos ver aqui.

Pois bem, Boccia Paz dizia que, no Paraguai, ao longo de 40 anos da ditadura Stroessner, foram encontrados uma tonelada de documentos numa Delegacia de Polícia, que se converteu em exercício de acesso público à informação. Uma cadeia humana se formou com vítimas, juízes, jornalistas, ativistas de direitos humanos, pessoas da Corte Suprema, curiosos dos lugares que queriam assegurar o que seria o Arquivo do Terror.

“Abrimos a porta, em nome da lei”, diziam os juízes. Tinham como evidências os documentos, que foram levados para proteção à Corte Suprema. Esse foi um tesouro de informação para os juízes que tinham casos e causas sobre a Operação Condor. E, como foi mostrado hoje à tarde, este é um documento no qual o Sr. Manuel Contreras, que era chefe da Inteligência Nacional do Chile, agradece ao Pastor Coronel e Chefe da Direção de Investigação da Polícia do Paraguai pela operação que havia sido feita, que foi a de levar um chileno para ser interrogado no Paraguai e, depois, levado de volta à Santiago do Chile.



No Paraguai, encontrou-se então outro documento, que dizia que Dora Marta Landi tinha desaparecido no Paraguai. Sua família a procurava, não sabia onde ela estava. Quando se descobriu o Arquivo do Terror, encontraram uma ficha que mostra que ela foi capturada no Paraguai e foi entregue, em um avião, a oficiais da Armada Argentina que voltavam para Buenos Aires com outras quatro pessoas do Paraguai e também da Argentina.

Os documentos têm servido para responder a cerca de 10 mil petições feitas por vítimas e familiares de vítimas que querem ações legais e compensações por parte do Estado.

Desde o princípio, a Corte deu acesso a milhares de cidadãos, familiares e estudantes. Com uma grande participação de ativistas de direitos humanos e a supervisão da Corte Suprema, foram organizados os arquivos. Nessa primeira etapa, criou-se um depósito, foi feita uma microfilmagem deles. Esse arquivo ajudou a milhares de estudantes, historiadores, juízes e investigadores de direitos humanos que têm acesso irrestrito a esses documentos.

Desde o ano 2000 já foram catalogados 60 mil documentos, e isso foi colocado na Internet onde qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo e o povo paraguaio possam ter acesso para fazerem suas pesquisas.

Foi microfilmada a totalidade de 600 mil folhas dos documentos que compõem hoje o Arquivo do Terror. A catalogação na totalidade e as imagens digitais com pesquisa direta para o público são um desafio no qual estamos trabalhando nesse momento.

O acesso a essa documentação é a maior contribuição ao Paraguai. Vamos ver, por exemplo, a investigação seguinte, na qual estamos trabalhando agora.

Em maio de 1975, Isaac Fuentes Alarcón, do Chile, foi capturado no Paraguai em companhia de Amílcar Santucho, que era da Argentina.

Nessa história tivemos algumas licenças literárias para poder colocar algumas imagens de atores de filmes do FBI e temos o Marcelo, como representante do exército argentino, e o Newman, que eu creio que era representante do exército chileno.

Então, essa pesquisa sobre o Arquivo do Terror é um filme que se transforma em uma vertiginosa reconstrução da trama do passado e uma contribuição da



justiça. Ao passar algumas folhas para dentro, nós encontramos um interrogatório que lhe fizeram, donde ressaltam dois nomes do MIR chileno: Patrício (*ininteligível*) e Benito Marín.

É como se estivesse criando esta trama. O Marin nos leva a um documento onde o seu nome é mencionado em uma nota a um tal Sr. Rawson, que é um militar. Para Rawson, seguindo essa pista, foi escrito um outro memorando nomeando a uma Sra. Canoiegros (*ininteligível*). Descobrimos, através desse documento, que era na verdade uma estudante paraguaia que era perseguida em Córdoba na Argentina. Esse nome então nos leva a outro documento, que é dirigido ao Sr. Benito.

Quem é Benito? Na verdade é Juan Serrano, que é o chefe da inteligência militar do Paraguai. Ele recebe informações que são escritas a mão e interrogatórios para Isaac Fuentes Alarcón, que é enviado ao Sr. Osvaldo, que é quem assina. E esse Osvaldo, que depois foi descoberto por Monica Gonzalez, é na verdade Osvaldo Rawson, que acabamos descobrindo, através dessa documentação chilena, que é o subchefe do Serviço de Inteligência do Exército argentino.

Uma vez que isso foi esclarecido, então, é mais fácil poder voltar a esse documento e entender o último parágrafo referente a quem essas pessoas mencionadas nessa nota, uma vez que eles se despedem de Benito. Ele diz: “Uma cordial e afetuosa saudação ao Chefe do Estado-Maior, o Pastor Coronel, que é o chefe da investigação, a Ortiz, que é um outro senhor paraguaio, agente da Marinha, a Hernan Podesta, que é um delegado militar do Chile em Assunção naquela época, ao Coronel Arrechea, que é um agregado militar da Argentina naquela época também. E é muito interessante armando as pessoas que participaram nesse interrogatório.

De Marin Y Vierna também nos leva a outro documento, que é o interrogatório onde é mencionado o pseudônimo de um outro militante, que tinha o codinome Luis.

Esse Luis nos leva a um outro documento que encontramos, e esse é um documento de mensagens codificadas ao MIR capturaram de Fuentes Alarcón. Algumas páginas adiante começamos a ver esses códigos cifrados, que na verdade vamos descobrir como eles podem nos ajudar a entender o que aconteceu. E, olhem só, encontramos uma pequena nota abaixo que diz: “Com isso se vai, e conhecendo a história do que foi e do que aconteceu, na verdade isso são evidências de



participação do chefe da Força Aérea do Chile, Sr. Edgardo (*ininteligível*), que, de acordo com os investigadores chilenos, foi a pessoa que foi ao Paraguai buscar Jorge Fuentes Alarcón e o levou até a Vila Grimaldi e assim fez com que ele desaparecesse.

Por outro lado, Margareth (*ininteligível*), que é uma norte-americana, é mencionada em uma das notas também e que foi capturada no Paraguai. Assim como é feito no FBI, em um relatório à polícia do Chile, esse é um documento dos Estados Unidos, que tem exatamente a mesma informação tem exatamente a mesma informação. E, de fato, o Sr. Robert Scherrer, que foi mencionado, disse ao general Ernesto o assunto: Jorge Issac Fuentes Alarcón tema Margareth (*ininteligível*) etc, etc., o que mostra o papel dos Estados Unidos em toda essa trama.

O Arquivo do Terror seguiu um modelo amplo de abertura de acesso à informação do arquivo da repressão. Em nome da privacidade, não se pode trazer o negativo da polícia na Alemanha, nem no arquivo de inteligência da polícia de Buenos Aires, DIPBA, na Argentina. As vítimas veem os seus documentos com todos os tipos de fechaduras. O acesso é muito limitado e não há uma consulta pública.

À esquerda, podemos ver um documento do povo do Paraguai e, no centro, nós vemos o documento que seria da Argentina, onde há todos os nomes, menos da pessoa que pediu o documento, o que torna esse documento praticamente anônimo.

Nos Estados Unidos, há a lei da privacidade. Isso faz com que o agente diga o estado civil, a idade, etc. Você tem que dar essa informação. Pode parecer sensível e ilógico ter uma equipe que receba esse tipo de informação, porque existem padrões éticos de privacidade. Mas vamos considerar o seguinte: sabe-se, por exemplo, que três pessoas podem revisar 400 páginas por dia, porque são profissionais. Não levariam seis anos para terminar o Arquivo do Terror, dedicando um tempo total, a um custo exorbitante, com possibilidade de erros. Depois, haveria a manutenção dessa censura. Levaria mais de 70 anos para revisar os arquivos da Argentina, que têm 7 milhões de páginas. Levaria mais de 700 anos para descobrir todas as informações do acervo de 70 milhões, que é o estimado do que se tem na Guatemala.



Por outro lado, em termos de recursos, é diferente o que faz a polícia secreta da Alemanha, por exemplo, que tem um orçamento de 30 milhões de dólares por ano e um efetivo de 2 mil pessoas, ao que se pode fazer e está ao alcance do Arquivo do Terror no Paraguai. Sob um regime de controle obtuso de acesso, não, não seria possível seguir a pista dos torturadores de Jorge Isaac Fuentes Alarcón de nenhuma forma. As práticas de restrição de acesso aos arquivos e repressão não criam memória. No Paraguai se dá a abertura pela história de como e onde foi encontrada uma vítima com o ímpeto exemplar de Martín Elmar. (*Palmas.*)

A população, as ONGs estão diretamente implicadas. , desde o princípio, na gestão. A Corte deu acolhimento e proteção, mas os povos e as ONGs fizeram um esforço unânime para impedir que houvesse ocultação do que havia nos arquivos. Desde o início, os investigadores, Boccia Paz, por exemplo, se envolveram nesse arquivo, que resultou hoje em centenas, senão milhares de arquivos sobre direitos humanos no Paraguai e no mundo sobre esse tema.

Centenas de livros — como o Alfredo mencionou de manhã — foram escritas por estudiosos que fizeram pesquisas muito precisas, como Patrice McSherry, Boccia Paz, Stella Calloni e tantos outros que nós ouvimos aqui nesta conferência. No mundo inteiro, estudantes e vítimas entraram nesse conteúdo. A ninguém foi negado qualquer tipo de informação, que é usada até o dia de hoje para acusar os perpetradores.

Por outro lado, não existe medo no Paraguai de ser julgado por essas ações. Está claro hoje no tribunal que esses crimes vão prescrever, a menos que sejam crimes contra a humanidade. O regime ditatorial foi tão desprestigiado socialmente que ninguém recrimina os que lutaram contra a ditadura — políticos, estudantes, jornalistas e guerrilheiros.

Quando você chega ao Paraguai, os embaixadores das universidades dizem: “Você já leu o meu artigo”? Com orgulho, eles podem falar isso. As pessoas dizem: “Ok”. “Por favor, ela vai ler o meu artigo”. Isso inclui Jorge Lara Castro, Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai.

A ideia no Paraguai é que o acesso aos arquivos é o máximo. A Corte Suprema me disse isso, porque temos uma boa relação. Então, é excepcional que não sejam submetidos a leis sem acesso que não reconheçam a sua



excepcionalidade; que se possa fazer memória com interpretação ágil, audaz e diferente do que é privacidade; que a justiça vá mais adiante do que um processo judicial, como disse o Remo.

A justiça é memória de divulgação. Que os alunos, as crianças e todos os cidadãos possam saber o que aconteceu, como aconteceu e quando. E que a condenação judicial seja imprescindível também, uma condenação pessoal e social com acesso à documentação.

Em nossas memórias, seria muito mais fácil se esquecer. Porque, se não há acesso direto, então, isso é censura. Receber informação restrita, aos poucos e esperar a verdade em 70 anos é preservar o que é secreto.

Hoje os guatemaltecos decidiram colocar *on-line* em torno de 7 milhões de páginas de informações. O arquivo da Guatemala está criando um documento que deve ser alimentado todos os dias, a cada 5 minutos. Por outra parte, outras 7 milhões de folhas na Argentina estão ainda debaixo de chave, porque esperam que os peritos tenham tempo de fazer investigação e estudos. E aí é onde há nosso desgosto. São pessoas que trabalham como nós, mas existem alguns problemas culturais. Marcam-se os documentos, marcam todos os nomes, há visita de alunos, e o público não existe. As práticas desse importante acervo histórico têm precedentes negativos de acesso sobre esses arquivos.

Desde a chegada do Governo Kirchner na Argentina está-se procurando fazer processos intensos de descobrimentos contínuos sobre arquivos no Ministério da Defesa e em outros Ministérios. Isso é muito positivo.

Já se passou o decreto especificando todas as informações militares que competem a direitos humanos, no período da ditadura, como foi mencionado por Rafecas. Isso ajuda a fazer com que promotores tenham trabalho mais fácil, mas as práticas de privacidade ainda não são realidade.

Na Argentina, o mito da instrução de documento é evidente com a aparição de centenas de documentos de Inteligência 601 para capturar, entre eles, as vítimas do Condor. Esses documentos chegaram a promotores e juízes, assinando documentos de confidencialidade, por não poder torná-los públicos. Esses documentos chegaram a promotores e a juízes, mas, mesmo assim, chegaram



outros documentos da Inteligência presidencial sob o juramento de confidencialidade.

Isso quer dizer que o Presidente não está sujeito à lei de divulgação de informação. No Uruguai, graças a um grande trabalho de historiadores, ativistas de direitos humanos, familiares, os governos e frentes abertas estão terminando o processo de investigação similar de identificação e catalogação.

Encontramos em torno de 500 mil folhas de serviço de inteligência e defesa. A decisão da Corte Interamericana, no caso de Araguaia e no do caso Hermann, está alimentando essa abertura.

Existe no Uruguai uma lei de acesso à informação que estabelece uma cláusula específica de decodificação de informação pertinente à violação de direitos humanos. Por isso, é preciso ter valentia política e clarividência histórica para poder abrir os arquivos e fazer a memória clara, transparente, otimizada e criar os nossos próprios paradigmas de respeito ao indivíduo, no contexto histórico de genocídio no qual vivemos entre os anos de 1960 e 1980, na América Latina.

Passando aos Estados Unidos, eu vou concluir agora, podendo dizer que no grande evento de abertura na administração Clinton, com cerca de 120 mil documentos sobre o Chile e 5 mil sobre a Argentina, nunca tivemos uma resposta efetiva como a que foi dada a uma comissão de pais do Uruguai, de fazer uma abertura compreensiva.

Nos Estados Unidos, vivemos um vendaval contra os indulgentes, e as portas estão fechadas. Não existem documentos da CIA, da agência de defesa e do FBI sobre todos os esses, o Campo de Mayo e Orletti, e nem tampouco sobre a participação das agências de inteligência do Uruguai e da Argentina em operações conjuntas. O que existe é uma generalidade, não existe especificidade. Então, é necessário que haja informação. Existem evidências documentais de que essas agências têm informação e um contato íntimo com a repressão da Operação Condor.

Tudo isso já foi mencionado, já tivemos milhares de exemplos, e vou dar apenas mais três. Há um documento da CIA, datado de 22 de setembro de 1976, que fala que Berman, um chileno, o mesmo do Paraguai, que estava nesse



momento preso em Orletti, disse: *“Esse chileno está preso por autoridades argentinas”*. Eles sabiam. E como sabiam? Porque eles recebiam informação direta.

Este aqui é um documento do Departamento de Estado dos Estados Unidos, e eu vou dar alguns exemplos do Brasil, para que haja uma relação maior com o público que está aqui.

Eu sei que existem milhares dessas evidências nesse documento que fala sobre a Operação Condor e dá um panorama geral. Em um dos parágrafos se diz — vamos ler:

“Uma confiável fonte brasileira descreveu um acordo Brasil-Argentina segundo o qual os dois países caçam e eliminam terroristas que tentam fugir da Argentina para o Brasil. Unidades militares brasileiras e argentinas já teriam operado conjuntamente dentro dos seus respectivos territórios.”

Eu vou passar rapidamente para outro documento que foi mencionado pela manhã.

Este é um documento da segurança da embaixada, que fala como Horácio Campiglia foi capturado por argentinos, em coordenação com a Inteligência do Brasil, no Rio de Janeiro. Eu não vou falar muito mais, porque são exemplos concretos.

Estamos empenhados em apoiar os esforços dos países da América Latina para que se abra uma janela de acesso, nos Estados Unidos, a essa documentação. E nesse momento histórico de esclarecimento do passado e de injustiça em que vivemos existem avanços politicamente que foram feitos. E isso tem sido demonstrado. No entanto, temos problemas. Se eles colocam impedimentos, o acesso a essa informação... Por exemplo, aqui no Brasil, uma semana atrás, existiu uma demanda se devia ou não passar documentos militares. Disseram que destruíram, mas, uma vez que os documentos são encontrados, é difícil ter acesso a eles através de um departamento do governo.

Os investigadores não têm mecanismo de compartilhar e poder canalizar juízes e promotores de forma rápida. Existe um grande número de informação em mãos de jornalistas e investigadores. Hoje em dia, apesar de mecanismos de



Internet, essas informações não são organizadas e distribuídas socialmente. É necessário que existam forças militares e comissões para que possam buscar e identificar arquivos, leis de acesso à informação com cláusulas de decodificação dos direitos humanos, promoção de práticas de ativos e instâncias governamentais e leis de acesso.

É necessário que haja um conceito revolucionário do que seja o interesse de saber e a abertura total desses arquivos; lançar iniciativas regionais, interinstitucionais, como foi dito hoje, e transnacionais, que está em formação pertinente.

A luta pelo acesso à informação e documentação de atrocidades cometidas pelas Forças Nacional de Segurança, de Defesa Nacional e de Segurança Pública é esclarecimento histórico, é memória, é justiça, é uma questão contra a impunidade, mas também de subversão do controle civil. No final das contas, essa é uma questão de fortalecimento da democracia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Egmar José de Oliveira) - Obrigado, Sr. Carlos.

Nós vamos passar agora aos debates. Antes, porém, eu gostaria de registrar aqui a presença de Lúcia Alencar, que é a representante da Deputada Eliane Novaes, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Quero também ler uma mensagem enviada a este seminário, nos seguintes termos:

"Eu gostaria de informar aos participantes que, durante minha pesquisa para escrever a história do Clamor, o grupo que trabalhou nos anos 70 e 80 com Dom Paulo para denunciar e defender os direitos humanos no Cone Sul, encontrei vários documentos sobre os casos relacionados com a Operação Condor".

Uma mensagem de Jan Rocha, jornalista, ex-correspondente da BBC e do jornal *The Guardian*, que também foi membro-fundador do Grupo Clamor, junto com Jaime Wright e Luís Eduardo Greenhalgh, diz o seguinte:



“Muitos de vocês conheceram as atividades do Clamor, um grupo ecumênico, vinculado a Dom Paulo, Cardeal Arns, quando ele foi Arcebispo de São Paulo. O Clamor foi criado com o objetivo de ajudar os muitos refugiados que chegaram a São Paulo e de denunciar as barbaridades dos regimes dos quais estavam fugindo. Começou em 1978 e logo se deparou com casos envolvendo operações como a Operação Condor no Brasil. Por exemplo, o desaparecimento do jornalista Norbert Heinberg e do Padre Jorge Adoum, e fora... como as crianças sequestradas na Argentina e encontradas 3 anos depois no Chile, cuja recuperação para a família foi possível graças a uma operação coordenada e financiada por Clamor.

Foi em resposta à percepção de que as forças de segurança dos vários países não respeitavam fronteiras na sua perseguição a opositores que passamos a usar o slogan “Solidariedade não tem fronteiras;

Recentemente comecei a escrever a história do Clamor, e, durante a pesquisa em nosso arquivo, que está guardado na PUC de São Paulo, contém milhares de cartas, recortes, depoimentos e relatórios daquela época, eu tenho encontrado muitos e vários documentos relacionados à Operação Condor. Se alguém se interessar em saber mais, pode me contatar.”

Fica registrada a mensagem enviada por Jan Rocha. O e-mail está aqui. Quem desejar, depois pode pegar com a assessoria do seminário.

Pois bem, vamos passar aos debates, pela ordem de inscrição. Eu gostaria de pedir à nossa assessoria ajuda. *(Pausa.)*

Tem a palavra o primeiro orador inscrito, Sr. Waldtmiro de Souza, que disporá de até 3 minutos.



O SR. WALDTMIRO DE SOUZA - Sou Presidente do Centro de Estudos Afro-Brasileiros, e tenho a dizer o seguinte: vocês falaram no que se chama linguagem de Estado e linguagem da mesmice da sociedade mundial. Mas existe outro poder dentro do poder, que não é identificado, que são as Ordens Secretas Iniciáticas. Nos Estados Unidos, existe uma tecnologia sofisticada de rádio. Eles podem dominar o mundo, se quiserem, em questão de horas. Ainda existe uma tecnologia mental que eles usam para dominar o mundo — que não está contido nesses relatórios mencionados.

Eles tentaram me atingir por várias vezes, mas eu estou vivo! E estou dizendo que estou vivo! Com toda tecnologia deles avançada, mas eu consegui, e estou vivo! E nisso, estou respondendo a vocês. Os americanos são muito sérios nas pesquisas. Talvez sejam dos grupos mais avançados da humanidade.

Eu quero saber se vocês têm conhecimento dessa tecnologia que há nos Estados Unidos, muito mais avançada, que se chama por ordem mental e por ordem de onda de rádio.

O SR. COORDENADOR (Egmar José de Oliveira) - São duas perguntas. A primeira: onde se iniciaram as ordens secretas da Operação Condor? Se nos documentos existem isso...

O SR. WALDTMIRO DE SOUZA - Secreta iniciática. *(Pausa.)*

O SR. COORDENADOR (Egmar José de Oliveira) - A primeira pergunta está registrada. Eles estão propondo que façam novas perguntas, e eles respondem no pacote.

O segundo inscrito é Vagner William, que disporá de até 3 minutos. Solicito que seja breve.

O SR. VAGNER WILLIAM - Somente uma pergunta. No livro do Langguth, *Hidden Terrors, A Face Oculta do Terror*, há uma referência ao Embaixador Lincoln Gordon de que gostava de espalhar boatos a respeito de inimigos.

Queria saber se era uma orientação da CIA ou do governo americano essa contrainformação. A contrainformação era institucionalizada? Era uma aula da CIA ou era um bônus que o Lincoln Gordon dava para a orientação para os Governos?

Francisco Julião e João Goulart nesse livro foram vítimas de boatos. Então, com atacar o inimigo: "*Ah! fala mal da mulher, fala mal do filho, fala mal disso, fala*



mal daquilo". Isso como orientação do Condor. Eu queria saber se existia isso na CIA, essa orientação, ou se partiu só do Lincoln Gordon, é um caso à parte.

O SR. COORDENADOR (Egmar José de Oliveira) - Há mais alguém inscrito?
(Pausa.)

Por gentileza, Prof. Nilson, a pergunta.

O SR. NILSON - A análise feita e apresentada tem relação com o trabalho de inteligência da CIA? Até onde está articulado: é um trabalho de inteligência da CIA, é um trabalho diplomático e um trabalho militar. Porque nesse livro, cuja capa é *Archivos de Pinochet* — um livro que você apresentou ali — fala como a agência da CIA, sediada em Brasília, monitorou o golpe de estado no Chile, em Santiago do Chile.

Então, a questão é a seguinte: havia uma relação diplomática de governo a governo, no Chile, no Golpe de Santiago, de Pinochet, em que se tratava de cooptar e trabalhar com os empresários, por exemplo, para financiar um movimento revolucionário, feito pela diplomacia; havia um serviço secreto da inteligência militar, que trabalhava com os militares para articular o golpe, que foi autor de atentado contra o General Schneider, um atentado feito por paramilitares vinculados ao golpe militar, não através da diplomacia, inclusive com competição entre eles lá, em serviço: *"quem apresenta melhor serviço é mais eficaz e mais eficiente"*; e o terceiro é a CIA, através da inteligência e da base que tinha sido estabelecida em Brasília para acompanhar.

Eu queria saber de vocês sobre essa articulação. Se Condor é uma operação militar, como foi apresentada aqui, de coordenação de trabalho militar ou se é uma coordenação de articulação diplomática, política, militar, estratégica e de inteligência.

O SR. COORDENADOR (Egmar José de Oliveira) - Todos entenderam?

A próxima oradora inscrita é a Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Eu queria indagar do Carlos Osório se a Comissão Parlamentar da Câmara teria a possibilidade de requerer a remessa desses documentos, dessas informações, desses arquivos, diretamente aqui para Câmara dos Deputados, porque nós já o fizemos através do Itamaraty, do Ministério das Relações Exteriores e não tivemos resposta alguma, nenhuma reação do



Ministério das Relações Exteriores, portanto, do Itamaraty. Então, queríamos ver a possibilidade de termos outro caminho para que consigamos obter esses documentos para nossas investigações e para o nosso trabalho aqui na Câmara.

O SR. COORDENADOR (Egmar José de Oliveira) - Está bem.

Nós vamos agradecer ao Carlos, porque, além da exposição que fez, está fazendo o trabalho da tradução aqui também.

O SR. JARBAS SILVA MARQUES - Presidente Egmar...

O SR. COORDENADOR (Egmar José de Oliveira) - Pois não. Identifique-se, por gentileza.

O SR. JARBAS SILVA MARQUES - Jarbas Silva Marques, do Comitê da Memória da Verdade e da Justiça do Distrito Federal.

O SR. COORDENADOR (Egmar José de Oliveira) - Sr. Jarbas, com a palavra. Seja bem sucinto, por 3 minutos, porque nós estamos com problema de tradução. Reduza a pergunta, facilita.

O SR. JARBAS SILVA MARQUES - Ela é muito simples. A imprensa brasileira veiculou a ação direta do Governo brasileiro, através do Exército, de apoio ao Chile, mas até agora não foi veiculado que o General Bethlem, que depois veio a ser Ministro do Exército na queda do Sylvio Frota, entregou 75 mil fuzis FAL-1905 para a derrubada do Presidente Juan José Torres, na Bolívia.

O SR. COORDENADOR (Egmar José de Oliveira) - Você compreendeu, Carlos? Se eles têm notícias, nesses documentos, de uma entrega de armamentos do Governo brasileiro para derrubada do Presidente da Bolívia.

O SR. CARLOS OSÓRIO - Na época, derrubada do Presidente...

O SR. JARBAS SILVA MARQUES - Juan José Torres, que foi morto em Buenos Aires.

O SR. CARLOS OSÓRIO (Intérprete) - Juan? O.k.

O SR. COORDENADOR (Egmar José de Oliveira) - Próxima oradora inscrita, Sra. Beatriz Bissio.

A SRA. BEATRIZ BISSIO - Obrigada. Boa tarde. Sou professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na área de Ciência Política, e tenho umas perguntas bem concretas. A primeira é para a Mesa, em geral, e à professora, em particular, que dirige um centro de estudos sobre a América Latina: a pesquisa tem



uma data de termo, se termina ou se podemos saber de documentação que diz respeito ao momento atual. O seminário apontou que, de certa forma, no momento atual, haveria ainda o risco de se repetirem episódios. Eu gostaria de saber se existem em conhecimento e estão sendo pesquisados alguns documentos que possam permitir que formem a conjectura... Enfim, colocar isso em termos mais objetivos. Essa é a primeira pergunta.

O SR. COORDENADOR (Egmar José de Oliveira) - Só um instante, Professora. Vou ver se eles compreenderam a sua pergunta.

A SRA. BEATRIZ BISSIO - Ah, perdão! *Yo puedo hablar español si quiera.*

O SR. COORDENADOR (Egmar José de Oliveira) - Ah, em espanhol. Por favor. Repita, por favor, em espanhol.

A SRA. BEATRIZ BISSIO - *(Exposição em espanhol. Tradução simultânea.)* No seminário foi dito que muito do que aconteceu nos anos da Condor pode voltar a acontecer. Eu gostaria de saber se isso, além de ser uma conjectura, se trata, no caso das investigações que os senhores desenvolvem nas pesquisas... no caso de gastos em pesquisas, incluam o momento atual... se existe alguma documentação. Por exemplo, a IV Frota está aqui. Existe alguma investigação nesse sentido, alguma pesquisa?

A segunda questão. O Sr. Carlos disse que foi difícil compartilhar informação, e nós vimos aqui quão importante é, de fato, esse intercâmbio.

Portanto, eu gostaria de saber se existe hoje, com os recursos da Internet, a possibilidade de que uma das universidades dos senhores ceda um *site* para que todos os pesquisadores que começam a revelar os documentos possam reunir as suas pesquisas, as suas investigações para acesso público.

Ao Sr. Carlos também uma pergunta: não ficou muito claro para mim se esse arquivo que os senhores têm, que, segundo o senhor disse, é o maior dos arquivos não-governamentais, estão digitalizados e disponíveis na Internet.

O SR. COORDENADOR (Egmar José de Oliveira) - Obrigado, professora.

O último inscrito é o nosso Embaixador do Equador, Horácio Borja.

O SR. HORACIO SEVILLA BORJA *(Exposição em espanhol. Tradução simultânea.)* - Em primeiro lugar, quero agradecer a informação que nos foi passada por Patrice McSherry e Carlos Osorio.



Quero fazer uma pergunta muito concreta: de acordo com as investigações que o senhor e a senhora fizeram, se conhecem as atividades da Operação Condor fora do Cone Sul. Refiro-me concretamente, porque muitas atividades foram feitas fora do Cone Sul. As do Cone Sul foram mais graves, porém a Condor é uma operação abrangente do Cone Sul.

Eu me refiro concretamente às mortes misteriosas do Presidente do Equador Jaime Roldós, em 1981, e de Omar Torrijos, no Panamá, em circunstâncias muito parecidas também com a do General Hoyos, no Peru. Foram casos concretos, os de Roldós e de Torrijos. Espaços democráticos foram criados. Na América Latina, começou-se a retomar a democracia quando chegou o Presidente Carter, nos Estados Unidos. Porém, no início do ano de 1981, entra Ronald Reagan, e então aconteceram essas mortes misteriosas.

Eu gostaria de saber se os senhores conhecem alguma coisa sobre essa questão e que tipo de sugestão teriam para podermos nos aprofundar nesta busca da verdade.

O SR. COORDENADOR (Egmar José de Oliveira) - Obrigado, Embaixador.

Eu pergunto ao Carlos ou à professora? Quem começa a responder? *(Pausa.)*

Tem a palavra a professora.

A SRA. J. PATRICE MCSHERRY - *(Exposição em espanhol. Tradução simultânea.)* - Permitam-se revisar aqui as perguntas. Houve uma pergunta sobre quando tudo começou. Para mim, a Condor começou realmente, como aparelho paralelo, no ano de 1973 ou 1974. Havia alguns casos isolados antes, e nós já falamos desses anteriormente neste Seminário. Porém, como aparelho mais formalizado, com toda a impunidade de esquadrões que pudessem operar em outros países, sob um acordo informal num primeiro momento, mas depois mais formalizado, isso foi algo novo. Havia, por exemplo, intercâmbio de relações, antes, entre os Exércitos. Mas foram os esquadrões da Condor que pela primeira vez trabalharam com a impunidade, cruzando fronteiras, sequestrando e matando pessoas em outros países, de acordo com esse acordo secreto. Bom, para mim, isso é algo novo, e começou em 1973.

A outra pergunta é: se a Condor era uma operação da CIA. É muito difícil falar sobre isso, de fato, porque a CIA obviamente esteve envolvida, e também as demais



agências de inteligência dos militares na América Latina. É por isso que eu acredito que seria interessante ver as instituições interamericanas como agentes de intercâmbio mútuos.

Nós temos algumas evidências do papel da CIA na construção de relações. Por exemplo, o chefe da CIA em Santiago, no Chile, tinha ótimas relações com Contreras e também com os brasileiros. Existem evidências de que esse chefe da CIA em Santiago atuou como uma ponte entre os brasileiros e os chilenos depois do golpe.

Acredito que, de fato, foi um momento histórico, já que existiam muitos acordos entre militares e agências em todo o continente, durante a Guerra Fria.

Bom, isso responde um pouco à professora. As condições hoje são muito diferentes. Eu não vejo outra Condor na América Latina hoje, mas, sim, de fato, eu via uma Condor no Iraque, porque nós tínhamos centros clandestinos de tortura, nós tínhamos tortura, nós tínhamos desaparecidos, nós tínhamos voos dos Estados Unidos, da CIA, não documentados, em todo o mundo. Nós tínhamos o transporte de pessoas para vários centros clandestinos no mundo. As pessoas eram mortas, torturadas. Isso foi exatamente o que aconteceu com a Condor, por exemplo, no Iraque.

Nos Estados Unidos, existe impunidade total sobre isso. Eu não sei se os senhores sabem, mas Obama, que é um democrata, não quis observar, ou ir a fundo, utiliza as mesmas palavras, como os países dos senhores. Ou seja, ele diz: *“Nós temos que ir em frente; nós não podemos voltar Atrás; isso não funciona”*. Enfim, existe uma falta de movimento popular também nos Estados Unidos. Não existe muita exigência por justiça ou por verdade, nem sequer existe uma falta de vontade (*ininteligível*.) dos Estados Unidos. E é por isso que este seminário me inspira muito — é muito importante —, e também os avanços desse aspecto em outros países.

Em termos da Condor, perguntam se era somente militar. Não. Não era somente militar. Deixem-me esclarecer isso. Havia inteligência, diplomatas e, para compor esses comandos secretos aos quais eu fiz menção, sempre havia um envolvimento não somente da CIA, mas também das forças especiais, como aquelas que estavam centradas, tinham uma base militar no Panamá, por exemplo. Sempre



havia um esforço para vincular as polícias às inteligências militares e a uma organização, como algo forte e unificado.

Também nós temos documentos que mostram que... Nós tínhamos o Secretário do Estado, que, naquele momento, desempenhava um papel. Ele sabe muito sobre a Condor, mas também fica impune... Ele sabe muito. Também existem muitos documentos que têm a sua assinatura, documentos que vinculam a Condor. Então, ele sabia muito sobre a Condor. Portanto, sim. Havia elementos, havia alguns diplomatas também envolvidos, reunindo esforços e oferecendo apoio político à Condor.

Em termos do Equador, do comentário do Embaixador do Equador, eu quero ler um documento dos Estados Unidos, que não é confidencial. Existe um documento da CIA que... Nós sabemos que o Equador se juntou à Condor em 1978, e há um documento de 1978, que diz o seguinte: *“A responsabilidade geral da participação do Equador na Condor e suas atividades recaem no comando conjunto das Forças Armadas deste País. Ainda assim, o dito comando tem várias responsabilidades específicas para com o Exército, a Marinha e a Força Aérea. O diretor da área da inteligência do Equador... foi incorporada à organização da Condor, com o nome de Condor CIATEQ.”*

Isso vem da CIA. É por isso que nós sabemos que, de fato, o Equador estava envolvido.

Eu não tenho informação sobre os assassinatos que o senhor mencionou. De fato, interessante muito saber mais sobre isso. Isso é muito importante.

O SR. CARLOS OSORIO - *(Exposição em espanhol. Tradução simultânea.)*
Vamos tentar.

Bom, fizeram perguntas muito complexas. Respondendo à Deputada Luiza Erundina, *“como fazer?”*

Essa é uma resposta muito complexa, mas podemos prometer a senhora aqui mesmo que vamos manter a comunicação para que possamos...

Eu escrevi, para que a senhora possa entender melhor o que eu vou dizer, para podermos saber como proceder. É necessário saber que os acervos existem, que estão abertos e que nós o temos. Essa é uma maneira de se ter alguma informação. E outros acervos existem, como o arquivo nacional, em algumas salas



presidenciais, arquivos presidenciais, e também como ter documentação, que, na verdade, é documento secreto. Entre outras coisas, nós temos que estabelecer qual informação a Comissão considera pertinente.

E, como foi dito, nós temos a experiência de poder ajudar a desenhar um plano de como obter, e quais estratégias, como priorizar essas petições e dizer: *“Bom, isso é exagerado. É melhor que tenhamos algumas quantidades secretas de informação, para que tenhamos informações sobre algumas questões específicas.”*

Seguindo esse caminho, talvez nós poderíamos continuar a comunicação. E, como já é sabido, um companheiro meu...

Eu não sou encarregado desse projeto, mas existe um projeto de apoio à Comissão da Verdade estabelecido no Executivo. Mas a comunicação é um compromisso que eu estou fazendo em público: vamos manter contato, para que nós possamos saber como canalizar essa informação com a Comissão.

Agora, passando a algo parecido com que o Sr. Embaixador pergunta, sobre assassinatos em outros lugares, eu posso dizer que nós começamos a fazer algo sobre isso, porque conhecemos a filha dessas duas pessoas que estão em Guayaquil. Na verdade, eu tenho familiares em Guayaquil. E existem poucas investigações. Não há informações ou indícios de que eles foram assassinados pela CIA. Porém, eu sei que isso já foi discutido em toda a América Latina. Mas fazer projetos é muito difícil.

Eu explicava como conseguimos ter esses três ou quatro níveis de documentos. Nós temos um investigador que trabalha há cinco anos para conseguir cinco mil documentos sobre vários tipos de assuntos, por exemplo. Mas são questões de segurança nacional. E nós estamos falando sobre direitos humanos. O que nós fizemos foi colocar o investigador... E ele faz uma cronologia de eventos, por exemplo, sobre qual foi a política de apoio a Sukarno — eu sempre me confundo; eu não sei se é Sukarno ou Sukarnos. Na Indonésia, a política de apoiar, incluindo a CIA, milhares de comunistas... Então, o que nós fazemos é colocar uma pessoa ali para fazer uma cronologia de eventos que pode levar a 50 ou até 100 páginas. Essa cronologia nos ajuda a especificar quais petições vamos fazer e a quais agências.



Isso é uma coisa que demora cinco anos, porque têm que se fazer essas petições, enviá-las à CIA, às agências de defesa, Departamento de Estado e depois fazer um procedimento, porque eles respondem e você tem que dizer... Eles não dizem: *“Não. Eu não tenho documento.”* Então, o que nós fazemos? Nós temos que apelar? Portanto, entra o processo de apelação. É um processo complexo. Inclusive, para concluir um projeto discreto, leva-se tempo e estratégia. Nós não temos tido tempo de poder nos aprofundar neste caso em particular. Porém, mais uma vez, eu me ofereço para manter contato constante para que possamos saber o que fazer, especialmente no caso dessas duas pessoas, que é de muito interesse no Equador. O caso de Toryho seria um caso à parte.

Então, nós vamos precisar também do seu apoio. Teremos que apoiar um ao outro e precisamos conversar. Eu vou explicar. Em geral, é isso o que eu posso dizer.

Eu não vou... Podemos conversar um pouco mais após este seminário.

Em relação à investigação da Operação Condor, nós continuamos a fazê-la até agora? Bem, aí eu tenho uma pequena diferença de abordagem sobre o tema, porque existem ideias diferentes do que é a operação, de quando ela começa etc.

A minha opinião é de que... Eu vou parar aqui e vou voltar à pergunta dos documentos porque isso vai ajudar. Quantos documentos nós temos? Eles estão disponíveis?

Nós já estudamos cerca de 40 assuntos diferentes de segurança nacional dos Estados Unidos ao longo dos anos. São questões como política na Nicarágua, política em El Salvador, na Guatemala e no Chile também. Mas não somente isso. Há outros pontos relativos ao que foi a Guerra Fria, à questão dos homicídios em Cuba e na Indonésia, ao apartheid, enfim, a tudo o que tem a ver com qual foi a política dos Estados Unidos, a política escondida, secreta. Nós vamos escavar os documentos para que o povo, o público, tenha conhecimento. Mas também há outras questões, como por exemplo, o Afeganistão. Naqueles anos...Políticas de militarização do espaço. Ou seja, quanto dinheiro era colocado nas galáxias pelo Ronald Reagan, por exemplo. Tiveram ou não sucesso as políticas econômica e social e a defesa? Isso serviu ou não? Quais são as agências de inteligência nos



Estados Unidos? O que elas pensam? Achar que existe somente a CIA, mas existem várias agências. Então, tudo isso para que o público saiba...

Quais são as ordens secretas, os decretos secretos do Presidente em relação à segurança nacional, de Eisenhower à guerra fria, exatamente? Desde Eisenhower, Kennedy, Nixon, Johnson etc. Não vamos falar de todos. Para que as pessoas saibam o que aconteceu, porque o decreto presidencial é de segurança nacional e tem um peso, porque, para decidir se vamos invadir o Camboja ou mesmo seguir com o Vietnã ou não...

Todos esses documentos — são 750 mil documentos — representam um número conservador, pode-se dizer. Multiplicando-se 750 mil por 3, temos em torno de 2 milhões de páginas. E não temos uma capacidade, porque nós somos uma agência muito pequena.

O Departamento de Estado do país mais rico na história do mundo tem somente cerca de 50 mil documentos eletrônicos *on-line*, e eles têm dinheiro para isso.

Isso deixa muito a desejar. É uma tentativa de deixar transparentes 50 mil documentos.

Pois bem. Nós os conhecemos, porque nós os criticamos e o fazemos de forma muito direta. Então, para nós, colocar 750 mil documentos *on-line*? Podem esquecer. O que nós fazemos? Nós temos uma página na Internet, fazemos pequenas páginas e seleções. Nossa página é www.nsarchive.org, e o que nós fazemos é: toda vez que há uma questão importante... Por exemplo, hoje mesmo eu estou aqui publicando... Vocês me viram trabalhando. Eu estava trabalhando nesta apresentação. Eu estava trabalhando em uma pequena gazeta, um pequeno jornalzinho, onde eu digo que hoje o Videla e Bignone, que são ditadores da Argentina, foram julgados e serão sentenciados em algumas horas por terem organizado o plano sistemático de apropriação de crianças desaparecidas, de filhos de pessoas desaparecidas. E, no julgamento, uma das peças-chave foi um documento dos Estados Unidos, uma conversa entre o Secretário Assistente Elliott Abrams com o Embaixador dos militares em Washington, em 1982.

Elliott Abrams disse ao Embaixador: “O *Ministério da Argentina...*” A guerra das Malvinas tinha acabado de acontecer.



Então, a população estava praticamente em revolução, contra os militares, e a comunidade internacional não queria ninguém. Simplesmente estavam prontos para cair e diziam: *“Bom, o que vamos fazer com a questão dos filhos das pessoas desaparecidas?”* E o Embaixador disse: *“Bom, já falamos com o Ministro e com o Presidente Bignone. Mas a questão é o que nós vamos fazer com os pais que têm os filhos hoje...?”*

Essa pequena frase é, na verdade, uma pequena parte de uma comunicação. Os militares já sabiam, eles estavam simplesmente mantendo, simplesmente justificando. E essa é uma evidência muito fundamental nesse julgamento. Claramente, existem testemunhas, logicamente. Porém, 35 crianças foram recuperadas com suas identidades. Havia mais 100 com as avós. Enfim, são 500 crianças. Mas esse documento é uma peça E Abrams foi testemunha nesse caso. Tenho todas as evidências no meu *site*, com informação de como introduzimos evidências.

Então, aí, nós temos essa gazeta. Eu, pessoalmente, tenho um projeto com Argentina, Uruguai e Paraguai. Eu tenho muitos pequenos jornais, com Alfredo Boccia da Paz, com alguns outros argentinos, com gente do Arquivo do Terror sobre várias questões: Operação México. Como eu explicava antes, as ações de ir ao México, para recuperar refugiados, e muitas outras. Existe um local em que você pode buscar, procurar, como a Argentina e o Uruguai. E, nessa página, há em torno de três mil documentos sobre várias questões. Nesses documentos, você vai encontrar China. São coisas que não são pertinentes.

Eu achava que o meu tempo tinha acabado.

A SRA. BEATRIZ BISSIO - O senhor não falou sobre a sua diferença entre a sua opinião e a da professora.

O SR. CARLOS OSORIO - *(Exposição em espanhol. Tradução simultânea.)* A outra parte da sua pergunta foi qual mesmo? Ah, sim, também. Espera, espera. Bem, a diferença hoje com a investigação, para se fazer a investigação da Condor, como disse o Embaixador, é um grande trabalho. São cinco anos, pelos menos. De fato, pensávamos em fazer, porque temos pessoas trabalhando no Chile, trabalhando sobre o Brasil, trabalhando sobre Uruguai, Paraguai etc. Porém, a



primeira coisa que temos que fazer, quando começamos a investigação, é definir qual é o universo dessa investigação, qual é o seu limite.

Se você me perguntar de tudo daquilo que eu já li — e eu já li mais de 10 mil documentos nesses países —, Condor, para mim, começa em novembro e, como disseram os próprios militares, que são os militares de cinco países, evidentemente, depois, como disse a Patrice, vão se incluindo aí Peru, Equador, Brasil. Não há dúvida sobre isso. Porém, realmente Condor, efetivamente, porque, primeiro, ela começa em novembro de 1975 e até o meio de 1978 ela está em decadência, porque, ao final de 1976, os Estados Unidos, França, os países do centro, entendem que alguém está fazendo alguma coisa. Então, eles estão matando pessoas. Queriam matar pessoas em Paris. E, provavelmente, mataram pessoas na França.

Espera, espera, você está voltando um pouco. Espera. Essas não são atividades dos chilenos. E o que é Condor? Na verdade, são as mesmas equipes, porém a Operação Condor é mundial. Eles tinham partidos bilaterais. Então, a Condor começa em 1975. Estou repetindo. Não se podia ir a leito etc.. Esses são esforços da extensão da segurança nacional do Chile. Espera um pouquinho. Isso é um debate acadêmico de investigação. Então, a minha opinião é que começa em 1975 e, realmente, se subscreve que Argentina, Paraguai e outros países... Começou nessa primeira levada na Argentina, com Uruguai, Argentina, onde estavam todos ali. Na última esquina que tinha, o último país que realmente não tinha ditadura, mas estavam todos. Então, foram cassar essas pessoas.

Em 1978, há um golpe e se desmantela na Argentina. Retira, descobre. Começa assim... Então, em 1978, Argentina e Chile começam uma briga. E são os países mais dinâmicos. Eles vão à guerra pelo Beagle. E os chilenos usavam os contatos da Condor para poder espionar a eles mesmos. E diziam... Eles faziam reuniões no Paraguai, onde eles faziam todas as reuniões com a Argentina e depois passavam para o Chile. Então, isso é evidente. Havia um golpe. Quem golpeava? Eram essas estruturas familiares. Não existe uma clareza total.

Então, há claramente muitos episódios para trás etc.. Mas isso é o que eu quero dizer: para poder se concluir uma investigação, leva-se tempo, mas eu não estou desvirtuando o que disse a Patrice. A Patrice tem uma quantidade de conhecimento muito incrível. Apenas uma diferença de perspectiva.



Eu não sei se eu deixei de falar alguma coisa. É que eu não lembro qual é a pergunta.

Eu vou dizer algo. Na minha opinião... Bom, respondi um pouco do que disse à Patrice. Depois de ler tudo isso, que em 1972 até 1973, a CIA e os aparatos de inteligência dos Estados Unidos estavam muito abatidos pelos escândalos de Watergate e investigações no Congresso, porque estavam investigando, porque ali estavam implicadas muitas questões. Enfim, eles estavam um pouco em retrocesso, estavam frágeis.

Então, de fato, a partir de 1975 e 1976, já vem o Carter. Então, o Carter basicamente refresca, reflete um setor da classe política dos Estados Unidos, dizendo à agência de inteligência: *“Cuidado com o que vocês estão fazendo”*. Então, eu acredito que existe um certo... Não há como explicar... Não diz: *“Vocês têm que se retirar”*, é apenas *“fiquem calmos”*. Porque os Estados Unidos estavam envolvidos em meter ditadores etc. a partir dos anos 1960.

Então, o que acontece é que existem iniciativas. Há iniciativas, particularmente, do Chile, mas, como disse o Sr. Boccia hoje pela manhã, dos 22 países da América Latina, 20 tinham ditadores. Eles se entendiam, já tinham a tecnologia e, como disse a Patrice, não há evidências, mas tudo aponta para que nada contradiga que na verdade eles tinham a iniciativa.

Segundo, está claro que a CIA não tinha por que estar se sentido mal por isso, porque, na verdade, se eles não deram as ordens, eles também não se opuseram. Então, talvez eles possam até ter apoiado logisticamente em termos de comunicação e coisas assim. Então, não existia ordem, não existe, não há uma ordem.

Primeiro, talvez, se investigarmos, vamos chegar até a uma chamada telefônica. Faz sentido. O senhor está compreendendo?

E, em relação à tecnologia, não, não conheço a tecnologia de transmissão de ordens. Sim, eu entendo, porém eu não conheço, desculpe-me.

A SRA. J. PATRICE MCSHERRY - *(Exposição em espanhol. Tradução simultânea.)* Muito obrigada por todos os comentários. De fato, foram muito interessantes.



Eu gostaria de apresentar o meu livro. Vou presentear com meu livro a Luiza Erundina. Também tenho dois documentos aqui. Um é o relatório do Robert White, ao qual fiz menção, e o outro é um documento intitulado Defense Intelligence Agency, que trata da Operação Condor e, de fato, também cobre a questão da captura dos militantes do PVP no Uruguai, ou seja, contempla completamente essa questão.

São dois documentos-chave. Estão também disponíveis na Internet. Estão no *site* do Governo dos Estados Unidos. Não sei se os senhores sabem, mas esse é um *site*. É um pouco difícil utilizá-lo, não funciona muito bem, mas enfim, os senhores também podem encontrar materiais importantes se tiverem tempo disponível para encontrar esses materiais.

Obrigada.

O SR. CARLOS OSORIO - (*Exposição em espanhol. Tradução simultânea.*)
Minhas considerações gerais finais são que nós estamos compartilhando informações.

O senhor me perguntou e eu me esqueci de responder que temos que buscar os métodos tecnológicos.

Hoje, temos em todas as universidades desta potência regional, que é o Brasil, deste País. Hoje eu vejo os turistas em Lima, dizem: “Ah, são todos brasileiros. Vocês estão com dinheiro agora. Vocês estão com dinheiro, eu vou conversar com a Deputada para ver se sai algum dinheiro daqui para apoiar uma iniciativa”. Então, é muito fácil fazer hoje um Facebook de investigação sobre Condor, e colocar todos esses documentos, tem gente dos Estados Unidos, do Paraguai... Que coloquemos esses documentos na Internet e os deixemos disponíveis para o povo. Façamos *uploads*, porque às vezes perdemos muitos detalhes.

O que acontece é que, às vezes, temos algum zelo, mas está tudo bem. Tudo o que está no zelo profissional... Nós vamos criando uma narrativa pública, como o Facebook, que realmente...

Esta é a minha mensagem final.

Muito obrigado. Eu me sinto muito honrado e agradecido por estar aqui.



Às duas personagens que nós temos aqui e à Deputada Luiza Erundina o meu muito obrigado por essa grande oportunidade e por estarmos todos juntos.

O SR. COORDENADOR (Egmar José de Oliveira) - Nós é que agradecemos imensamente a participação e a brilhante exposição, tanto da Prof.^a Patrice quanto do Carlos. Ficam então os nossos mais sinceros agradecimentos à participação de vocês nesse seminário.

Eu encerro esta última etapa dos debates sobre o seminário e chamo a assumir a Presidência dos trabalhos a Deputada Luiza Erundina, que é a Presidente da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Luiza Erundina) - Bom, chegamos ao final da primeira fase — o mais difícil ainda está por vir. A segunda fase começa imediatamente. Mas eu quero convidar para a Mesa o nosso querido Dr. Jair Krischke, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Eu pedi também que o Egmar permanecesse na Mesa, porque aqui ele representa a Comissão da Anistia. E os dois, tanto o Movimento de Justiça e Direitos Humanos como a Comissão da Anistia, são copromotores ou foram apoiadores decisivos para a realização deste evento. Eu indagaria se há alguém que esteja representando a Fundação João Mangabeira. Há alguém ligado à Fundação João Mangabeira? Não.

Então, por que estou pedindo para esta sessão final, para este encerramento de nosso trabalho a essas pessoas que estão na Mesa? Porque as suas entidades... A Comissão de Justiça e Direitos Humanos têm à sua frente essa figura extraordinária, a quem a democracia no mundo, não é na América Latina, não é apenas no Brasil, deve a esse senhor, a esse cidadão, a esse companheiro, a esse irmão, que é o queridíssimo Dr. Jair Krischke. Toda a sua vida é uma vida doada, dedicada à busca da verdade, da memória e da realização plena da justiça como um direito permanente, fundamental das pessoas, dos seres humanos.

E eu agradeço ao Dr. Jair e também ao Dr. Paulo Abrão, aqui representado pelo Egmar, porque sem essas duas entidades, sem esses dois apoios políticos, financeiros, logísticos, de toda ordem, nós não teríamos conseguido realizar este evento. Tivemos momentos em que quase desistimos, na fase inicial. Aos nossos companheiros da Comissão de Direitos Humanos, ao nosso Presidente, o Deputado



Domingos Dutra, e à sua equipe maravilhosa nós também devemos o sucesso e a viabilização deste evento, organizado em um espaço muito curto, face ao tempo em que tivemos que esperar pelas condições mínimas para sua realização.

Eu aproveito para fazer um agradecimento em nome da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, e como representantes do povo nesta Casa e como representantes do povo nesta Comissão, este agradecimento eu transmito, em nome do povo brasileiro, a essas entidades e a todos aqueles que nos ajudaram a chegar até aqui e a apontar, daqui a pouco, saídas, caminhos e perspectivas que queremos seguir. E, aí, com muito mais gente, que são aquelas pessoas que passaram aqui nesses dois dias, intervindo, ouvindo, participando, contribuindo.

Quero também agradecer pessoalmente... Alguns até já tiveram que partir, que foram os companheiros e as companheiras, que, através do Jair Krischke... Sem ele, nós não teríamos conseguido contato e prestígio junto a essas pessoas que estiveram conosco durante dois dias intensivos e que nos deram uma extraordinária contribuição que certamente vai marcar um salto no conhecimento, na compreensão, na consciência política e na condição política de se enfrentar essa tragédia que foi a Operação Condor no Brasil e na América do Sul.

Antes deste evento, pouco se falava sobre esse tema no Brasil, e muitos poucos dominavam os aspectos todos que essa questão envolve e que têm tudo a ver com o momento que o Brasil vive, atrasado em relação a todos os outros países. Precisamos começar essa busca da verdade histórica, do resgate da memória e construir saídas políticas para conseguirmos o resultado de tudo isso, que é fazer justiça, uma justiça com base na lei, na legalidade, com direito pleno de defesa a quem for chamado a responder, diante da Justiça, por crimes que comprovadamente se encontrem, se identifiquem e se comprovem naquele triste período da história do nosso País e da história do nosso continente.

É isso o que nos move e nos comove, com muita sensibilidade e com muita gratidão pelo o que os senhores e as senhoras nos trouxeram nesses dois dias. E aqui eu quero nominar, além do Jair Krischke, além do Dr. Paulo Abrão, além do Dr. Carlos Siqueira, da Fundação João Mangabeira, cada uma e cada um de vocês,



num total de mais de 350 pessoas que estiveram aqui na Câmara por dois dias, dias que normalmente são esvaziados, porque às vésperas de recesso.

Eu nunca vi tanta presença, tanto interesse e tanta participação de todas e todos aqueles que acorreram ao nosso convite e entenderam a importância e o significado disso que faríamos nesses dois dias. Isso foi uma construção coletiva. Não foi responsabilidade só ou mérito só, nem principalmente, da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça.

Quero agradecer profundamente e com certa emoção o fato de termos chegado a este momento de concluirmos os trabalhos e, a partir deles, planejar novos passos, que serão dados com muito mais pernas, muito mais pés, muito mais mentes, muito mais corações.

Vamos nos colocar mais perto daquilo que a sociedade espera de nós, que é saber o que aconteceu com as vítimas das nossas ditaduras e com aqueles que pagaram tão caro para que hoje pudéssemos estar aqui de forma democrática, livre, podendo discutir essas coisas e revelar os nossos sentimentos e as nossas emoções.

Portanto, eu quero agradecer ao Dr. Antônio Campos, advogado que esteve aqui também trazendo sua contribuição e nos sugerindo iniciativas em relação a esse tema. Agradeço ao Dr. Remo Gerardo Carlotto, Deputado da Argentina. Quero muito agradecer a meu colega parlamentar argentino pela sua presença e contribuição.

Agradeço ao Dr. Daniel Rafecas, Juiz Federal da Argentina, que também já partiu, mas nós demos um grande abraço nesses companheiros, em agradecimento. Meus agradecimentos também à Monica González, que nos encantou com a sua verve, com a sua paixão. É uma mulher que vive intensamente as ideias, aquilo por que luta e aquilo em que acredita.

Quero agradecer ao Hugo Gutiérrez Gálvez, Deputado do Chile. Quero agradecer ao Luis Puig, Deputado do Uruguai. Eu nunca vi tanta gente importante no mesmo evento, tantas pessoas tão importantes, com tanta credibilidade e com tanta contribuição a dar. Só o Jair mesmo para conseguir fazer esse milagre.

Jair, você é o milagreiro deste momento que nós vivemos aqui nesta Casa.



Quero também agradecer ao Samuel Blixen, jornalista, professor e escritor do Uruguai.

Quero agradecer ao Martín Almada, essa figura incrível. Venha cá, Almada. Venha sentar aqui conosco. Venha para perto de nós. Neste restinho de tempo que ainda temos, por favor, sente-se aqui ao nosso lado. (*Palmas.*)

Quero agradecer ao Alfredo Boccia Paz, médico, professor e escritor do Paraguai. Obrigada. (*Palmas.*)

Agradeço ao Luiz Cláudio Cunha, jornalista e companheiro... Já se foi? Ele não poderia ter saído antes, mas não vou cortar o ponto dele. Eu quero agradecer porque ele tem sido um parceiro desde a primeira ideia que tivemos de criar este espaço democrático no Congresso, para contribuirmos com a Comissão Nacional da Verdade e, sobretudo, com os familiares, em sua busca dolorosa e sofrida — os familiares passam cotidianamente por uma verdadeira tortura, anos a fio, na esperança de que, quem sabe um dia, saibam onde rezar, junto aos restos mortais dos seus filhos, dos seus parentes, dos seus companheiros de luta, dos seus amigos.

Agradeço ao Nilson Mariano, também jornalista, mestre em história e escritor, que trouxe uma excelente contribuição com suas pesquisas. O Brasil tem tão pouco acúmulo sobre essa temática. Esses escritores, esses pesquisadores nos trazem, no momento adequado, certo, necessário, suas contribuições ao esforço que o Brasil, a sociedade brasileira, a cidadania brasileira e o Governo também estamos fazendo para cumprir essa tarefa que Deus e a história nos reservam neste momento.

Agradeço à Patrice McSherry, professora norte-americana mais latino-americana do que americana. (*Palmas.*) Seu tipo físico, a forma como ela se comunica, como se expressa e a afetividade que ela manifesta no contato pessoal não são muito próprios dos americanos, mas ela tem isso, e isso é virtude humana, o que é muito bom. Ela nos trouxe isso, além da contribuição fantástica que ela deu com sua fala.

Agradeço ao Carlos Osório (*palmas*), que nos trouxe uma perspectiva de viabilidade. Quando falamos em documento, em fonte documental, em pedir ao Itamaraty que vá lá e rogue aos Estados Unidos para mandar para cá, como já mandou para outros países, nós ficamos com a sensação de que é uma tarefa



impossível. Aí você se coloca aqui, primeiro com essa competência, com essa facilidade de comunicar as coisas mais complexas, mais difíceis de percebermos, nós, que não dominamos essas tecnologias que você usa e que outros tantos aqui usam. E, ao mesmo tempo, você sinaliza. Você não promete, você sinaliza. Vamos manter comunicação, que eu tenho certeza que nós vamos encontrar alguma coisa nessa saída que você apontou.

Agradeço ao Elifas, que já foi, embora quisesse ficar hoje também. O Elifas não é muito de ir para reuniões, ele é bom de fazer desenhos, de criar, de conceber arte. Mas o Elifas ficou tão tocado com aquilo que vocês trouxeram, com a reflexão que se fez aqui, com as intervenções que se agregaram aos depoimentos extraordinários que cada um fez aqui, que ele ficou cativado, e ontem à noite disse: *“Era para eu ter ido embora hoje, mas ainda vou lá um pouco amanhã, porque eu quero aprender mais daquilo que vocês trouxeram de ensinamento para a gente.”* Esse é o Elifas.

Agradeço ainda à Cléa Anna Maria da Rocha, que representou a OAB na Mesa de Abertura, e ao Aurélio Virgílio Veiga Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, que foi representado hoje e ontem pela Dra. Cléa Anna Maria Carpi da Rocha.

Finalmente, neste agradecimento, eu quero que me permitam agradecer à prata da Casa, que é essa equipe da Comissão de Direitos Humanos (*palmas*), a partir do seu Presidente, o Deputado Domingos Dutra, que é parceiro no meio dessa aflição toda que nós sofremos nesta Casa. E ele tem uma equipe, ele tem companheiros e companheiras na Comissão de Direitos Humanos — o Augustino, a Mari, que nos ajudou, o Marcos Pedrosa, que vai casar amanhã e que nos ajudou a construir esse projeto.

Todos vocês vieram nos ajudar a concluí-lo, a concretizá-lo. Nós nos gratificamos de termos conseguido, para além da nossa expectativa, chegar ao final deste trabalho com esse acervo extraordinário que nós acumulamos nas falas — está tudo gravado. E não se trata só das 350 pessoas que passaram por aqui, que participaram, contribuíram, ajudaram, aprenderam, mas também dos milhões de internautas que nos acompanharam nesses 2 dias por esse mundo afora.



Recebemos hoje mensagem vinda da Europa, de alguém reagindo ao que nós estávamos fazendo aqui. Quer dizer, é fantástico o que ocorre no mundo hoje com esta revolução tecnológica da era digital. E por isso nos angustia muito ver que os direitos humanos ainda se colocam num estágio de tanto atraso, de tanta crueldade com as pessoas. E por isso nós temos que sair daqui renovando o nosso compromisso de levarmos às últimas consequências, juntando todo mundo nesse mutirão cívico, democrático, de civilização. Todos nós estamos buscando aqui a civilização, fazermos avançar a civilização humana no nosso País, no nosso continente e em todo mundo.

Mas eu queria pedir ao Jair que desse o recado final. O recado final é você quem sabe dar, é você quem tem autoridade para dar, é você que vai ser o padrinho de batismo deste resultado último de nosso trabalho, porque sem você, Jair, nós não teríamos chegado aqui, e sem você não daremos os próximos passos que precisamos dar. *(Palmas.)*

Com a palavra o nosso querido Jair.

O SR. JAIR KRISCHKE - Bem, companheiras e companheiros, vamos chegando a um momento em que temos que encerrar as nossas atividades de 2 dias magníficos. Antes, se me permite, Deputada, quero também fazer um agradecimento, confirmando tudo o que a senhora disse, ao pessoal da Casa, que desenvolveu um trabalho, em curto espaço de tempo, muitíssimo importante.

E, dentro desse universo das pessoas da Casa, permitam-me destacar o Augustino Fait, que fez um trabalho magnífico, sem horário, sem nada... *(Palmas.)* O Augustino merece a nossa homenagem especial: Augustino, tu foste, realmente, *el campeón!* *(Palmas.)*

Eu quero também agradecer a parceria ao meu companheiro Afonso Licks, jornalista e advogado que muito colaborou conosco para chegarmos aqui. *(Palmas.)*

Bem, minhas amigas e meus amigos, submeto agora a vocês a Carta de Brasília, um documento que é a síntese daquilo que aqui foi tratado e discutido e que nós, com muita pretensão e água benta, queremos colocar para vocês, porque é importante, quando se encerra uma jornada desta magnitude, que seu conteúdo rico seja sintetizado em um documento.

Diz a Carta de Brasília:



“Os participantes do Seminário Internacional Operação Condor, que, na Câmara dos Deputados, em Brasília, capital do Brasil, nos dias 4 e 5 de julho de 2012, avaliaram os avanços democráticos na busca da Verdade sobre o conluio transnacional de ditaduras cívico-militares que, fundados na Doutrina de Segurança Nacional, ministrada pela Escola das Américas, praticaram terrorismo de Estado, impondo, na segunda metade do século XX, o horror e o sofrimento a milhões de pessoas em centros clandestinos de tortura e desapareção, em campos de concentração, cadeias e quartéis da América do Sul, concordam em declarar que:

- a consciência da impunidade destes crimes é geradora de criminalidade e de corrupção sistêmica, infligindo dor aguda e permanente aos sobreviventes e aos familiares das vítimas;*
- é exigida uma nova interpretação dos instrumentos legais que cada ditadura impôs nos ordenamentos jurídicos nacionais, como autoanistia e prescrição, a garantir a impunidade aos crimes por elas praticados contra os povos da região, cabendo-nos confrontar toda lei, decreto ou norma que possa reduzir, anular ou restringir a proteção aos direitos humanos, e propugnar que os Estados, em nossas constituições, permitam a investigação e a punição dos crimes contra a humanidade, conforme já estabelece a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, para que os agentes de Estado, assim como os seus cúmplices civis que violaram os direitos humanos, sejam processados e punidos com penas proporcionais aos seus crimes;*
- na convicção de que a conciliação desejada necessita cumprir o caminho da Memória, Verdade e Justiça em*



relação aos crimes do terrorismo de Estado, para que nunca mais aconteçam, buscaremos a integração dos nossos parlamentos, com a essencial participação da sociedade civil...”

E me permitam frisar: buscar a integração de nossos parlamentos com a essencial participação da sociedade civil.

*“...através da constituição de um Fórum Permanente de Justiça e Direitos Humanos, que objetiva por compartilhar e levar, pelo entendimento fraterno, para as legislações nacionais mais atrasadas, os avanços institucionais já conquistados no caráter supranacional das convenções e dos tratados internacionais a que nossos Estados tenham aderido, admitindo uma hierarquia equivalente, na medida em que essas normas acolhem o direito das pessoas, povos e permitem a convivência entre as nossas nações;
- nos comprometemos com a constituição do Tribunal Russel da América do Sul, como corte civil de investigação e julgamento de atos graves de violação dos Direitos Humanos já praticados e que se mantêm atualmente na ação ou omissão dos Estados nacionais da região, que devem respeitar e aplicar o direito internacional e as resoluções dos organismos responsáveis pela sua aplicação e também cumprir com a Verdade.*

Dado o avanço que a Verdade e a Justiça têm alcançado em alguns de nossos países, cremos que é chegado o momento para que os países afetados pela Operação Condor, em suas diferentes dimensões, ponham à disposição todos os arquivos do Estado que levem ao esclarecimento dos crimes e violações dos direitos humanos. Esta atitude iria ao encontro do cumprimento das sentenças da Corte Interamericana de



Direitos Humanos relativas aos casos Araguaia (Brasil) e Gélman (Argentina e Uruguai).

Nós, participantes do Seminário Internacional Operação Condor, também aprovamos moção de repúdio ao golpe branco que, como lampejo de um nefasto espírito civil da Operação Condor, retirou em processo sumário e sem direito de ampla defesa, Fernando Lugo do cargo de Presidente do Paraguai, que ocupava pelo voto direto e democrático do seu povo, agora traído pelos que se dizem seus representantes no Parlamento.”

Esta é a nossa proposta de uma carta. *(Palmas prolongadas.)*

Pelos aplausos, consideramos mais do que aprovada. *(Risos.) (Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Luiza Erundina) - Obrigada, Jair.

Quem quiser pode acessar o endereço www.camara.gov.br/cdn, onde logo a seguir vai estar postado esse texto.

Por último, eu quero agradecer também à equipe de comunicação da Câmara: os câmeras, os jornalistas, os comunicadores, os fotógrafos. Todos que compõem a equipe da Câmara e que ficaram esses dois dias registrando o que vai ser uma coisa importante para todos nós. Agradeço aos servidores da Casa, que ficaram aqui servindo água, cafezinho, ajudando-nos neste trabalho.

Isso tudo contribuiu para o sucesso deste evento, que com certeza nos prepara bem melhor para já nos considerarmos prontos a darmos continuidade à responsabilidade histórica que temos pela frente — todos juntos, no Brasil, na Argentina, no Chile, no Uruguai, no Paraguai, na Bolívia, no Equador.

Agradeço a presença do Embaixador de Guiné Bissal.

Enfim, onde houver um ser humano ameaçado em sua dignidade, em seus direitos fundamentais, esse coletivo estará juntando forças, juntando denúncias e exigindo justiça e reparação a quem tenha esses direitos violados.

Aos companheiros que vieram de outros países, e também aos do Brasil, e que participaram das Mesas, gostaríamos de dar um cartaz do evento, para que possam levar como lembrança.

Muito obrigada, um abraço grande. *(Palmas.)*